

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL  
MESTRADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL MODALIDADE PROFISSIONAL**

**DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL TURÍSTICO EM COMUNIDADES  
TRADICIONAIS A PARTIR DA GESTÃO PARTICIPATIVA**

**TALITA DOS SANTOS LINHARES**

**Campos dos Goytacazes/RJ  
2016**

**TALITA DOS SANTOS LINHARES**

**DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL TURÍSTICO EM COMUNIDADES  
TRADICIONAIS A PARTIR DA GESTÃO PARTICIPATIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental, modalidade Profissional, na área de concentração em Análise Ambiental e Geoprocessamento, linha de pesquisa Avaliação e Gestão Ambiental.

Orientador: D. Sc. Luis Felipe Umbelino dos Santos  
Coorientador: M.Sc Hélio Gomes Filho

**CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ  
2016**

Biblioteca Anton Dakitsch  
CIP - Catalogação na Publicação

L755d Linhares, Talita dos Santos  
Diagnóstico do potencial turístico em comunidades tradicionais a partir da  
gestão participativa / Talita dos Santos Linhares - 2016.  
57 f.: il.

Orientador: Luis Felipe Umbelino dos Santos  
Coorientador: Hélio Gomes Filho

Dissertação (mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia Fluminense, campus Campos Centro, Curso de Mestrado  
Profissional em Engenharia Ambiental, Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.  
Referências: f. 57

I. Turismo de base comunitária. 2. Comunidades quilombola. 3.  
Mapeamento participativo. I. Santos, Luis Felipe Umbelino dos, orient. II.  
Gomes Filho, Hélio, co-orient. III. Título.

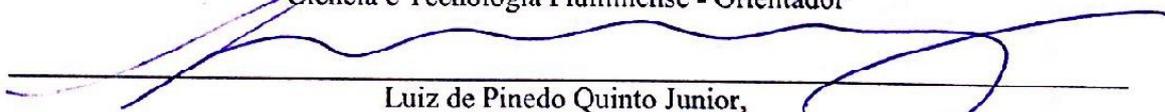
Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFF  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dissertação intitulada “Diagnóstico do potencial turístico em comunidades tradicionais a partir da gestão participativa” elaborada por Talita dos Santos Linhares e apresentada publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, na área de concentração em Análise Ambiental e Geoprocessamento, linha de pesquisa Avaliação e Gestão Ambiental, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

Aprovada em 30/11/2016.

Banca Examinadora:

  
Luis Felipe Umbelino dos Santos  
Doutor em Ecologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia Fluminense - Orientador

  
Luiz de Pinedo Quinto Junior,  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo/ Universidade de São Paulo/ Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

  
Patrícia Feitosa Souza Frenkel  
Doutora em Saúde Pública/ Escola Nacional de Saúde Pública/ Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia Fluminense

**Dedicatória**

Dedico a Deus, a minha família e a todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

## **Agradecimentos**

Chegar ao fim desta etapa tão importante, em minha vida, certamente, não foi fácil, mas as grandes conquistas, provavelmente, não teriam o mesmo valor, caso fossem alcançadas de forma simples. Sinto-me grata por ter o apoio, incentivo dos meus pais, meu irmão, que sempre estiveram ao meu lado, me dando todo o suporte nos momentos em que precisei. Sem a contribuição deles, a caminhada seria muito mais difícil. Não posso deixar de agradecer aos meus amigos, que me incentivaram, se preocuparam e rezaram por mim ao longo do curso.

Agradeço aos meus colegas, mestrandos da turma 2014, em especial, a Maria Juliana Tílio, pelo companheirismo, pela força, pelo aprendizado. Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, do IF Fluminense, que contribuíram para minha formação profissional, compartilhando saberes. O meu respeito e admiração aos que transferem o que sabem e aprendem o que ensinam.

Agradeço aos moradores das comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá, que me acolheram tão bem, que foram fundamentais para elaboração deste trabalho. Em especial, aqueles com os quais tive mais contato, Sr. Paulo Honorato, Patrícia Honorato, dona Dalmequí, Sr. Afilton, dona Zenilda, dentre tantos outros. Pessoas muito especiais, simpáticas, sempre dispostas a ajudar. Sou muito grata por ter vivenciado vários momentos com eles.

Minha gratidão ao meu orientador, Luis Felipe Umbelino dos Santos, pelo auxílio, paciência, por sempre estar ao meu lado, no desenvolvimento da pesquisa. Para mim, foi fundamental o seu constante incentivo, nos momentos de desânimo. Umbelino, aprendi muito com você, obrigada tudo!

Agradeço a Deus por ter me guiado, me sustentado ao longo dessa caminhada.

Voltar o desenvolvimento para a escala humana e o turismo para benefício de comunidades, ou do desenvolvimento local, significa adotar políticas que criem oportunidades de trabalho e renda para a maioria, sem deixar de dar a proteção social requerida, colocando o homem no centro do poder, promovendo sua realização (CORIOLANO).

## Resumo

O turismo desenvolvido em bases comunitárias pode proporcionar o desenvolvimento local de populações tradicionais, colocando-as em evidência, sendo fundamentais para a elaboração e gestão da atividade turística, além de contribuir para manutenção de traços culturais e históricos. Nesse contexto, foi realizado o diagnóstico do potencial turístico de comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá, situadas em Morangaba, no município de Campos dos Goytacazes. O diagnóstico buscou destacar os atrativos naturais e cultural, além da oferta de serviços de alimentação e hospedagem, tendo como objetivos a valorização da cultura local, gestão do território e a geração de renda. Para alcançar tais resultados, a pesquisa teve o apoio das comunidades tradicionais que vivem nas áreas quilombolas, a partir do levantamento de dados e mapeamento participativo. A metodologia participativa, vêm sendo utilizada em muitos trabalhos que envolvem comunidades tradicionais, no Brasil. Nos dias atuais, com o auxílio de instrumentos tecnológicos como imagens de satélites, cartas e mapas, GPS, o mapeamento participativo pode ser realizado a partir de conhecimentos de um determinado grupo a respeito de seu espaço vivido. Para o desenvolvimento desta pesquisa, além da revisão bibliográfica, foram realizadas visitas as comunidades quilombolas estudadas, para a execução das etapas da pesquisa. Atualmente, não é possível classificar as comunidades como prestadoras de serviços turísticos, já que as experiências que ocorrem são pontuais, contudo o diagnóstico realizado, constitui um primeiro passo para a implantação de um turismo de base comunitária nessa região.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Comunidades quilombolas. Mapeamento participativo.

### *Abstract*

Tourism developed on a community basis can provide the local development of traditional populations, highlighting them, being fundamental for the elaboration and management of tourism activity, as well as contributing to the maintenance of cultural and historical traits. In this context, a diagnosis was made of the tourist potential of the Aleluia, Batatal and Cambucá communities, located in Morangaba, in the municipality of Campos dos Goytacazes. The diagnosis sought to highlight the natural and historic attractions, as well as the provision of food and lodging services, with the objective of enhancing local culture, land management and income generation. To achieve these results, the research was supported by traditional communities living in the quilombola areas, based on data collection and participatory mapping. The participatory methodology has been used in many works involving traditional communities in Brazil. Nowadays, with the aid of technological instruments such as satellite images, charts and maps, GPS, participatory mapping can be carried out based on the knowledge of a certain group about their lived environment. For the development of this research, in addition to the bibliographic review, visits were made to the quilombola communities studied, in order to carry out the research stages. Nowadays, it is not possible to classify the communities as providers of tourist services, since the experiences that occur are punctual, but the diagnosis made is a first step towards the implementation of community-based tourism in this region.

**Keywords:** Community-based tourism. Quilombola communities. Participatory mapping.

## LISTA DE FIGURAS

Artigo 2 - Diagnóstico do potencial turístico em comunidades quilombolas, Campos dos Goytacazes/RJ.

### FIGURA 1

Membros das comunidades e pesquisadores..... 42

### FIGURA 2

Caminhada livre com morador local..... 42

### FIGURA 3

Reunião com moradores de comunidades quilombolas..... 43

### FIGURA 4

Apresentação da pesquisa a moradores..... 43

### FIGURA 5

Oficina “Potencial turístico em áreas das comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá-Morangaba/RJ”..... 45

### FIGURA 6

Mapa de Potenciais turísticos e oferta de serviços nas comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá..... 48

### FIGURA 7

Cachoeira de Aleluia..... 49

### FIGURA 8

Cachoeira de São Julião..... 49

### FIGURA 9

Córrego Fazenda Opinião..... 50

### FIGURA 10

Caverna Cambucá..... 50

### FIGURA 11

Construção quilombola..... 51

### FIGURA 12

Refeições caseiras Zenilda..... 51

### FIGURA 13

Pousada de Eleonora..... 52

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ADCT.....	Ato das Disposições Transitórias
ENTBL.....	Encontro Nacional de Turismo de Base Local
EtnoSIG.....	Sistema Etnográfico de Informação Geográfica
FLONA.....	Floresta Nacional
GPS.....	Global Position Systems
ICMBIO.....	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA.....	Instituto Estadual do Meio Ambiente
PED.....	Parque Estadual do Desengano
ONG.....	Organização Não Governamental
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PNPCT.....	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNT.....	Plano Nacional de Turismo
SIGs.....	Sistemas de Informações Geográficas
TIs.....	Terras Indígenas
UNESCO.....	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
SNUC.....	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
ZEPED.....	Zona de Entorno do Parque Estadual do Desengano

## SUMÁRIO

Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Lista de Figuras.....	ix
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	x
Sumário	xi
Apresentação.....	13
Artigo Científico 1	
Mapeamento participativo: subsídio à gestão participativa e ao manejo sustentável de recursos naturais de comunidades tradicionais.....	15
Resumo.....	15
Abstract.....	15
Resumen.....	16
Introdução.....	16
Percepção ambiental e mapeamento participativo.....	17
Mapeamento participativo.....	18
Algumas limitações do mapeamento participativo.....	20
A metodologia participativa na gestão ambiental.....	21
Algumas experiências de mapeamento participativo no Brasil.....	23
Considerações finais.....	26
Referências bibliográficas.....	26
Artigo científico 2	
Diagnóstico do potencial turístico em comunidades quilombolas, Campos dos Goytacazes/RJ.....	30
Resumo.....	30

Abstract.....	31
Introdução.....	31
Turismo sustentável.....	33
Turismo de base comunitária.....	34
Turismo de base comunitária em comunidades quilombolas.....	38
Metodologia.....	40
Resultados e discussão.....	41
Considerações finais.....	52
Referências bibliográficas.....	53

## APRESENTAÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida na região Norte Fluminense, no município de Campos dos Goytacazes, com as comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá, situadas em Morangaba – 9º Distrito. Essas comunidades têm certificado de registro outorgado pela Fundação Cultural Palmares e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de acordo com censo realizado em 2010 pela prefeitura, com auxílio da Superintendência da Igualdade Racial, anteriormente conhecida como Fundação Zumbi dos Palmares (CORDEIRO; OLIVEIRA, 2003). Além da fragilidade social, essas comunidades residem na periferia dos remanescentes florestais protegidos pelo Parque Estadual do Desengano e por isso, a dimensão socioambiental também assume importância para a gestão dessa Unidade de Conservação ambiental e para uso sustentável dos recursos que servem como fonte de subsistência.

O Parque Estadual do Desengano (PED), localizado na Região Serrana Norte, ocupa parte dos municípios de Campos dos Goytacazes, São Fidélis e Santa Maria Madalena. Ele foi criado em 1970, com uma área de 224 km<sup>2</sup>, sendo considerado o segundo de maior extensão do Estado e um dos últimos remanescentes contínuos da Mata Atlântica, na região possuindo uma rica biodiversidade (INEA, 2000). As comunidades de Aleluia, Batatal e Cambucá estão localizadas na área de entorno do Unidade de Conservação. De acordo com o Plano de Manejo do parque, serão incentivadas todas as iniciativas de desenvolvimento de ações de ecoturismo, lazer e de serviços para atender ao turismo em geral e a recreação, na Zona do Entorno do Parque Estadual do Desengano – ZEPED, visando a contribuição para o progresso direto dos três municípios componentes da ZEPED e do PED (INEA, 2000).

Sendo assim, reconhece-se a importância do diagnóstico do potencial turístico nessas áreas e um turismo que seja fundamentado pelas próprias comunidades. Haja vista, que essa modalidade de turismo, o de base comunitária, reforça os laços sociais e a coletividade, promovendo a melhoria da qualidade de vida, a inclusão, à valorização da cultura e do sentimento de pertencimento, um tipo de turismo que vai além do crescimento econômico. Logo, as iniciativas comunitárias devem ser expressão das necessidades locais, possibilitando condições para a realização da atividade turística em bases comunitária (SILVA, 2014).

Nesse intento, o turismo comunitário manifesta-se em um período, no qual muitas pessoas se sentem atraídas por destinações ecológicas. À proporção que mais pessoas ouvem falar da fragilidade do meio ambiente, elas se tornam mais conscientes das questões conservacionistas, em todo o mundo. Muitos querem entender os complexos desafios da conservação da floresta tropical e os vivenciá-los diretamente (DRUMM; MOORE, 2013).

Esta dissertação está estruturada em dois artigos científicos. No artigo científico 1, “Mapeamento participativo: subsídio à gestão participativa e ao manejo sustentável de recursos naturais de comunidades tradicionais”, buscou-se aprofundar a discussão acerca do uso do mapeamento participativo, desenvolvido com o apoio de comunidades tradicionais como subsídio a gestão territorial e manejo dos recursos florestais. Verificou-se que há alguns aspectos a serem superados, no que diz respeito a esse tipo de mapeamento, assim como concluiu-se a importância do conhecimento científico estar associado ao conhecimento tradicional, visando a gestão da biodiversidade. No artigo científico 2, “Diagnóstico do potencial turístico em comunidades quilombolas, Campos dos Goytacazes/RJ”, foi realizado o diagnóstico do potencial turístico, de base comunitária, de comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá, visando a gestão do território, valorização da cultura e geração de renda. As comunidades quilombolas citadas, não são consideradas, atualmente, como prestadoras de serviços turísticos, portanto, o diagnóstico realizado, constitui um primeiro passo para a implantação de um turismo de base comunitária nessa região.

## ARTIGO CIENTÍFICO 1

# MAPEAMENTO PARTICIPATIVO: SUBSÍDIO À GESTÃO PARTICIPATIVA E AO MANEJO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS<sup>1</sup>

### RESUMO

A cartografia, é considerada, para muitos, uma ferramenta ideológica, utilizada como instrumento de poder, especialmente, por grupos sociais dominantes. Contudo, nos últimos anos, os procedimentos cartográficos vêm adquirindo um caráter participativo, permitindo a incursão de novos grupos sociais ao processo de mapeamento. O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma revisão bibliográfica de mapeamento participativo, desenvolvido com o apoio de comunidades tradicionais para a gestão territorial e manejo de recursos naturais. O mapeamento participativo foi disseminado pelo mundo a partir da década de 1990, encontrando nas geotecnologias, ferramentas facilitadoras a sua propagação. Todavia, verifica-se que há alguns aspectos a serem superados, no que diz respeito a esse tipo de mapeamento. No Brasil, diversos trabalhos são desenvolvidos com o auxílio de comunidades tradicionais, principalmente, em territórios indígenas. Nestes trabalhos, verifica-se a importância do conhecimento científico associar-se ao conhecimento tradicional, visando a gestão da biodiversidade. Para tais constatações, realizou-se análise de bibliografia disponível sobre o assunto.

Palavras-chave: mapeamento participativo, comunidades tradicionais, gestão territorial, manejo de recursos naturais, geotecnologias.

### PARTICIPATORY MAPPING: SUBSIDY FOR PARTICIPATORY MANAGEMENT AND SUSTAINABLE MANAGEMENT OF NATURAL RESOURCES OF TRADITIONAL COMMUNITIES

### ABSTRACT

*The mapping is considered, for several people, an ideological tool, used as an instrument of power, especially by dominant social groups. However, in recent years, cartographic procedures are acquiring a participatory character, allowing the incursion of new social groups to the process. This article aims to present a participatory mapping review, developed with the support of traditional communities for land management and natural resource management. Participatory mapping was disseminated around the world from the 1990s, finding in geotechnology, facilitating tools to spread. However, it turns out that there are some issues to be overcome, with respect to this type of mapping. In Brazil, several studies are developed with the aid of traditional communities, primarily in indigenous territories. In these works, there is the importance of scientific knowledge join traditional knowledge, aimed at biodiversity management. For these findings was held bibliography analysis available on the subject.*

*Keywords: participatory mapping, traditional communities, land management, natural resource management, geotechnology.*

---

<sup>1</sup> Artigo submetido a Revista Sociedade e Território.

## **MAPEO PARTICIPATIVA: GESTIÓN PARTICIPATIVA SUBSIDIO Y GESTIÓN SOSTENIBLE DE RECURSOS NATURALES DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES**

### **RESUMEN**

*Cartografía se considera, para muchos, un instrumento ideológico, que se utiliza como un instrumento de poder, sobre todo por los grupos sociales dominantes. Sin embargo, en los últimos años, los procedimientos cartográficos están adquiriendo un carácter participativo, lo que permite la incursión de nuevos grupos sociales en el proceso. Este artículo tiene como objetivo presentar una revisión de cartografía participativa, desarrollado con el apoyo de las comunidades tradicionales para la gestión de la tierra y los recursos naturales. La cartografía participativa se extendió por todo el mundo desde la década de 1990, encontrando en geotécnica, herramientas que facilitan su propagación. Sin embargo, resulta que hay algunos aspectos que hay que superar, con respecto a este tipo de mapeo. En Brasil, varios estudios se desarrollan con la ayuda de las comunidades tradicionales, sobre todo en los territorios indígenas. En estas obras, está la importancia del conocimiento tradicional asociado a los conocimientos científicos, con el objetivo de la gestión de la biodiversidad. Para tales hallazgos, se llevó a cabo el análisis de la bibliografía disponible sobre el tema.*

*Palabras clave: cartografía participativa, las comunidades tradicionales, de manejo del suelo, manejo de recursos naturales, geotecnología.*

### **INTRODUÇÃO**

O planejamento e gestão de áreas protegidas, muitas vezes é auxiliado pelo uso da geocartografia e os seus avanços teóricos-metodológicos, como a evolução das geotecnologias e do mapeamento participativo baseado na percepção ambiental. Estes avanços são relevantes para a melhoria dos instrumentos de gestão e do banco de dados e informações dos determinados locais, em virtude das percepções das populações tradicionais que são materializadas nos mapas, sendo elaboradas de forma coletiva (CAMPOS; MATTOS, 2011).

A elaboração de mapas pode variar, desde mapas desenhados, de forma livre, até aqueles construídos em folhas transparentes de acetato ou papel vegetal, sobre mapas elaborados a partir de imagens de satélite e informações vetoriais importantes, como delimitação territorial, rios, estradas, curvas de nível, entre outras (TRANCOSO et al., 2012). Atualmente, com a ajuda de instrumentos tecnológicos como imagens de satélites, cartas e mapas, o mapeamento participativo pode ser executado a partir de conhecimentos de um determinado grupo a respeito de seu ambiente vivido (SILVA, 2012).

No que se refere à gestão das áreas protegidas, Chapin et al. (2005) indica que o mapeamento auxilia as comunidades a proteger o seu território e recursos naturais, fortalecer a organização política das comunidades e a criar planos econômicos e de manejo dos recursos naturais e documentação histórica para preservar a identidade cultural. Nesse contexto, torna-se complexo planejar e ordenar, de forma correta, uma área sem que se tenha conhecimento da dinâmica das comunidades tradicionais, verificando as áreas que ocupam e manejam, onde pescam, caçam, extraem recursos vegetais, cultivam e as técnicas utilizadas (ATAÍDE; MARTINS, 2005).

Em virtude dos avanços teóricos e metodológicos recentes nas áreas de geocartografia e antropologia e o reconhecimento do papel fundamental das comunidades tradicionais, tanto no ordenamento dos espaços protegidos dos seus territórios, quanto na gestão dos espaços territoriais especialmente protegidos buscou-se neste trabalho aprofundar a discussão acerca do uso do mapeamento participativo desenvolvido com o apoio de comunidades tradicionais como

subsídio a gestão territorial e manejo dos recursos florestais para identificar as principais metodologias utilizadas no Brasil. Para elaboração do mesmo, foi realizada pesquisa bibliográfica em publicações, documentos técnicos e demais acervos bibliográficos.

## **PERCEPÇÃO AMBIENTAL E MAPEAMENTO PARTICIPATIVO**

A percepção ambiental tem sido apontada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como um dos pontos primordiais para o planejamento ambiental. Sendo assim, a pesquisa em percepção ambiental vem sendo utilizada, no Brasil, por gestores e organizações relacionadas à administração de áreas naturais protegidas. Isso se deve ao fato da pesquisa, apresentar-se como uma ferramenta, que estimula a participação, das comunidades locais, nas decisões necessárias em Unidades de Conservação, assim como prevê a lei nº 9.985/2000, que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BARROS, 2012).

A percepção ambiental, de comunidades tradicionais, vem sendo utilizadas em muitas pesquisas. Essas comunidades tradicionais foram instituídas, por meio do Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e foram criadas em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. São denominadas comunidades tradicionais:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

São consideradas comunidades tradicionais do Brasil, os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros (BRASIL, 2007). A percepção ambiental de comunidades tradicionais é relevante, visto que estabelecem relações diretas com o meio ambiente. De acordo com Barros (2012), mesmo áreas que apresentem condições geográficas parecidas, cada sociedade se relaciona de forma distinta. Nesse contexto, a percepção ambiental, com influência dos aspectos culturais são relevantes na transformação do meio ambiente.

Uma das formas de percepção do ambiente para obter e registrar dados espaciais, em conjunto com os atores sociais, é o mapeamento participativo, este processo é proveniente de um esforço coletivo que tem como intuito a valorização da percepção. Leva-se em consideração, o conhecimento de agentes locais no planejamento, conservação de recursos naturais, diagnóstico, ordenamento territorial e busca de resoluções de conflitos socioambientais (BARROS, 2012). Cada grupo social tem capacidade de elaborar proposições de ordenamento do território, a partir do momento, em que estas estejam de acordo com suas próprias concepções e sentimentos do espaço geográfico. Deve ocorrer, a participação de homens, mulheres, jovens, anciões, pensadores tradicionais e lideranças (BOTÍA, 2000).

Para Silva (2012), o mapa participativo é considerado uma ferramenta metodológica poderosa para melhoria dos instrumentos de gestão, assim como banco de dados e informações dos locais. Isso, em virtude, do entendimento das percepções das comunidades tradicionais presentes nos mapas, produzidos coletivamente. Dessa forma, a população que participa da elaboração dos mapas pode incorporar o sentimento de pertencimento nos momentos de decisões com seus conhecimentos sistematizados.

Deve-se destacar que, no que diz respeito à ciência ocidental, o mapa não deve ser visto como um instrumento neutro, mas sim como um portador de discurso (BAVARESCO, 2009). Segundo Lacoste (1997), os mapas apresentam um caráter dominador e de poder, visto que os mesmos são muito mais do que dados estatísticos ou conjunto de escritos. A carta é uma relevante forma de representação geográfica e é sobre esta, que informações devem ser colocadas visando a criação de táticas e estratégias. A representação da realidade, constitui-se uma forma de dominação essencial do espaço geográfico. A elaboração de uma carta requer um certo domínio político e matemático do espaço a ser representado, e configura-se como um instrumento de poder sobre o espaço e pessoas que nele vivem.

## MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

A elaboração de mapas de cunho participativo iniciou-se nas décadas de 1950 e 1960, no Canadá e no Alasca através do pioneirismo dos geógrafos que elaboravam mapas com o objetivo de lutar pelas terras dos povos nativos e indígenas canadenses, contribuindo para a negociação dos direitos indígenas. Nesse período, não há registros de outros mapeamentos dessa natureza (CHAPIN et al., 2005).

Em 1980, surgiram um maior interesse por mapeamento participativo para diversas finalidades com a integração de geógrafos, antropólogos, povos indígenas, ambientalistas acerca de levantamentos ambientais, trabalhos de reconhecimento de terras indígenas, projetos de educação indígena com enfoque na gestão ambiental e territorial. Sendo assim, foram aliados métodos de pesquisa participativa e tecnologias como os SIG, Sistema de Informação Geográfica, os Global Position Systems (GPS) e o sensoriamento remoto para a elaboração de mapas, denominado mapeamento participativo. Contudo, geralmente, esses materiais são pouco divulgados devido a não publicação dos trabalhos, mas são importantes por apresentarem informações sobre subsistência, recursos naturais, dentre outros aspectos (CORREIA, 2007).

O mapeamento participativo foi disseminado pelo mundo a partir da década de 1990, encontrando nas novas tecnologias, principalmente as relacionadas ao Sistema de Informações Geográficas (SIG), uma ferramenta facilitadora a sua difusão. As pesquisas participativas atribuíram importância igualitária entre conhecimento das populações locais e conhecimento dos pesquisadores. As pesquisas participativas podem utilizar-se da metodologia observação participativa e pesquisa participativas (HERLIHY; KNAPP, 2003).

No Brasil, o mapeamento participativo foi elaborado com diferentes grupos humanos, dentre os quais pode-se mencionar os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os pequenos proprietários rurais e extrativistas, membros de associações e moradores urbanos visando a delimitação do território, a promoção e discussão do desenvolvimento local, a oferta de elementos que contribuam com planos de manejo e gestão em unidades de conservação e auxílio as políticas de etnozoonamento. Houve maior disseminação desses mapeamentos no ano de 2003, embora esses projetos tenham sido iniciados na década de 1990 (LIMA, 2010).

Algumas são as terminologias empregadas para se referir a mapeamentos participativos realizados no mundo. Muitos deles se referem a metodologias iguais ou similares. Há diferença de acordo com a região na qual essas práticas são executadas. No Canadá e Alasca, por exemplo, onde surgiram os primeiros trabalhos, os termos mais comuns são “estudos dos usos da terra e conhecimento tradicional da terra”, “estudos do uso tradicional da terra”, “estudos do uso tradicional e da ocupação da terra”, estudos do uso e ocupação da terra de aborígenes”, mapas de subsistência”, “mapas de subsistência e do uso de recursos” (CHAPIN et al., 2005).

No restante do mundo e, principalmente, em regiões de Terceiro Mundo são utilizadas as expressões “mapeamentos participativos”, “mapeamento participativo do uso da terra”, “mapas comunitários”, “mapeamento de comunidades localizadas”, “etnocartografia”, “contra-mapeamento”, “auto-demarcação”, “delimitação de domínio ancestral” (CHAPIN et al., 2005).

Embora seja difícil o acesso aos mapas participativos, sabe-se da ocorrência dos mesmos na Ásia, como povos indígenas na Indonésia, Filipinas, China, Nepal, Tailândia, Camboja, Vietnã. Na Oceania, destacam-se trabalhos realizados na Austrália e Nova Zelândia. Na África, esses mapeamentos ocorreram no Quênia, Camarões, Gana, África do Sul, Congo, Tanzânia. Na América Central, pode-se mencionar países como Belize, Nicarágua, Honduras e Panamá. Na América do Norte, Estados Unidos, Canadá, Alasca. Na América do Sul, Suriname, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela e Brasil (CHAPIN et al., 2005).

No Brasil, alguns mapeamentos participativos passaram a ser desenvolvidos a partir da década de 1990. Muitos deles promovidos por ONGs, em consonância a organizações indígenas. Sendo que, alguns desses mapeamentos também foram auxiliados por agências de cooperação internacional, instituições de pesquisa, governo federal ou estadual no país. No país, destacam-se os termos “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas”, “mapeamento comunitário participativo”, “etnomapeamento”, “etnozoneamento”, “macrozoneamento participativo”, “diagnóstico etnoambiental”, “mapeamentos culturais”, dentre outros (CORREIA, 2007).

Um outro termo utilizado por Acselrad (2008) e Herrera (2008) é a cartografia social. Essa para Herrera (2008), é utilizada para construir conhecimento de maneira coletiva, é uma abordagem da comunidade em relação ao seu espaço geográfico, histórico cultural, socioeconômico. A construção do conhecimento coletivo, pode ocorrer a partir da elaboração de mapas e ao destacar os diferentes saberes que podem alcançar uma imagem coletiva do território. Nesse sentido, é possível a elaboração de mapas do presente, passado, futuro, assim como os mapas temáticos que permitem maior conhecimento do entorno.

Novas possibilidades surgem com a cartografia social, como por exemplo, mapas de conflito, mapas de redes, mapas de recursos. A partir deles pode se propor um instrumento a serviço da cidadania e a serviço de grupos relegados, visando observar os conflitos, expor situações injustas. Da mesma forma, que se pretende intervir, orientar os educadores sociais e profissionais comprometidos com a transformação social (HABEGGER; MANCILA, 2006). Nesse contexto, o mapeamento participativo surgiu nas últimas décadas como uma ferramenta de cunho popular para auxiliar a demarcação e defesa de territórios (SLETTTO et al., 2013).

De acordo com Nelson e Wright (1996), o mapeamento participativo é o registro de conhecimentos advindos de um grupo específico em relação ao ambiente vivido, sendo colocado em prática com a ajuda de instrumentos tecnológicos como imagens de satélites, cartas e mapas. A busca por ações mais eficientes de conservação, pode ser realizada mediante a utilização do mapeamento participativo. Deve-se associar os conhecimentos locais das pessoas sobre seu espaço de vivência, informações relacionadas a complexidade dos ecossistemas, assim como incluir as necessidades locais nos projetos de gestão da biodiversidade.

Pimbert e Pretty (2000), destacam a importância do envolvimento comunitário na conservação e gestão da biodiversidade. Visto que, quando não há participação das comunidades, os custos operacionais de manejo e conservação são muito maiores. A produção de mapas pelas comunidades indígenas torna-se relevante, por serem utilizados na comunicação e solicitações de seus direitos. De acordo com Bavaresco (2009), os etnomapas, gerados com base nos conhecimentos das próprias comunidades, produzem discussões a respeito de uma educação para gestão ambiental em sociedades indígenas.

Segundo Sletto et al. (2013), apesar do mapeamento ser utilizado, historicamente, como ferramenta própria das autoridades estaduais para propagar seu alcance e monitorar territórios e recursos, atualmente, um acesso difuso as ferramentas de mapeamento testa esse monopólio "direitos de utilização". Com a apropriação das tecnologias de mapeamento participativo, as comunidades ganham força para estabelecer novas relações com o Estado, reivindicando direitos sobre a terra e recursos que foram desconsiderados com o tempo. Nesse contexto, o uso

de recursos naturais vêm sendo diagnosticado com a utilização do mapeamento participativo. Por meio deste, se determina as áreas de uso de uma comunidade tradicional e os recursos disponíveis, o que pode proporcionar um novo olhar para o conhecimento empírico e tradicional, inovações tecnológicas e o conhecimento acadêmico, estabelecendo ao pesquisador uma maior confiabilidade nos dados gerados e informações mais complexas em relação aos usos de cada recurso natural (BROWN et al., 1998).

Bavaresco (2009), vê os mapeamentos participativos como incentivador do debate dos problemas socioambientais vivenciados por povos indígenas, podendo ser utilizado também como um instrumento didático visando atividades de formação. Estas podem ter foco na gestão ambiental e idealização dos territórios pelas comunidades indígenas como ferramenta para auxiliar discussões relacionadas a ações de gestão, controle e fiscalização.

Para manutenção dos direitos sobre a terra e os recursos naturais é necessário mais do que um mapa. De acordo com Stocks (2003), algumas etapas devem ser respeitadas para interesses na sobrevivência cultural e no manejo de recursos sustentáveis. São considerados requisitos necessários a demarcação adequada da terra, estrutura política que possa negociar com o Estado, interesse comerciais e ONGs, possibilidade de negociar a exclusão de apropriações externas, aceitação das comunidades indígenas como manejadores legítimos e co-manejadores, assim como respostas, que atendam às necessidades financeiras, sem destruir recursos fundamentais e controle autônomo do território, acesso igualitário a educação e saúde.

Poole (1995), vincula o mapeamento participativo a cinco pontos, o reconhecimento dos direitos territoriais, bem como a demarcação dos territórios tradicionais, a proteção das terras demarcadas e conhecimento tradicional e manejo das terras tradicionais e dos recursos.

Atualmente, a utilização do Mapeamento Participativo em consonância as técnicas de SIG é de extrema importância para espacialização das práticas agroextrativistas comunitárias, podendo auxiliar ainda o delineamento do zoneamento da Unidade de Conservação. Com o uso do SIG, em Unidades de Conservação, por exemplo, com o mapeamento de uso dos recursos naturais, pode ser realizada a gestão da mesma, objetivando o planejamento de práticas futuras nas unidades (KOURY et al., 2010).

De acordo com Trancoso et al. (2012), há uma sequência de procedimentos para consolidação em SIG das iniciativas de etnomapeamento. Sendo que, os procedimentos são divididos em três fases, que se unem formando um ciclo. A primeira fase é o Sistema de Informação Geográfica – SIG, visando o planejamento do etnomapeamento com informações que deem suporte ao processo de mapeamento participativo. A segunda fase é o mapeamento participativo ou etnomapeamento onde os membros da comunidade colocam suas informações em papel vegetal/acetato ou na carta.

Na terceira fase denominada Sistema Etnográfico de Informação Geográfica – EtnoSIG, há utilização das informações étnicas do mapeamento participativo fazendo uso de ferramentas de geoprocessamento. Contudo, de acordo com o autor, a maior parte dos trabalhos de etnomapeamento em comunidades indígenas se restringem a primeira e segunda fases. Destaca-se que a metodologia supracitada é voltada apenas a interface do etnomapeamento com o SIG (TRANCOSO et al., 2012).

## **ALGUMAS LIMITAÇÕES DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO**

O mapeamento participativo é um método, que associa o conhecimento tradicional ao conhecimento científico. Desta forma, há sistematização de dados, informações a partir da ótica de grupos sociais, que muitas vezes, não tiveram oportunidade de expressar, de forma ampla, seus conhecimentos em relação as áreas que vivem, suas necessidades. De acordo com Koury et al. (2010), embora o mapeamento participativo seja relevante para o planejamento da gestão

de áreas protegidas, por exemplo, os resultados obtidos do método merecem ser ponderados e deve-se ter cautela no momento de sua análise e utilização (KOURY et al., 2010).

Para Poole (1995), o mapeamento participativo é insuficiente para a garantia dos direitos territoriais e manejo dos recursos naturais. Uma outra observação crítica a respeito do mapeamento participativo é oriunda de Chapin et al. (2005), visto que para ele, muitos pesquisadores acreditam, que os mapas possibilitem compatibilidade entre pensamento tradicional e tecnologias ligadas ao espaço, atribuindo ao SIG a capacidade de arquivar e utilizar o conhecimento tradicional.

Outra crítica elaborada por Chapin et al. (2005), se refere a incompatibilidade entre os sistemas ocidentais para a elaboração e utilização de informações geográficas, com os sistemas aprimorados pelos povos indígenas. De acordo com os autores, o SIG configura-se como um instrumento de assimilação ligada a longas tentativas das sociedades ocidentais em destruir as culturas indígenas. Os autores ainda destacam, que o SIG é um sistema com domínio, principalmente, de técnicos que não são indígenas, além de ser difícil o manuseio e caro, o que pode dificultar a utilização da tecnologia por comunidades rurais. Os indígenas não estão envolvidos em todas as etapas dos mapeamentos participativos.

As pesquisas participativas aparecem com a não conformidade do caráter positivista, empregado nas pesquisas científicas que envolviam grupos humanos. Nesse contexto, busca-se atribuir maior responsabilidade as comunidades, colocando-as no centro do processo de construção do conhecimento, descentralizando o poder do pesquisador. A participação das comunidades locais na pesquisa auxilia na conscientização e mobilização social (LIMA, 2010).

Devem também ser aperfeiçoadas, as metodologias participativas empregadas em pesquisas, no Brasil, pois apresentam sérias dificuldades, em virtude da precária estrutura social verificada em áreas rurais. Nesse caso, a capacitação é necessária o que eleva o custo e tempo da pesquisa, além dos resultados destas ainda continuarem sendo incertos (LIMA, 2010).

De acordo com Koury et al. (2010), a transferência do conhecimento tradicional para o mapa não é uma tarefa fácil e isso exige familiaridade dos moradores locais com as ferramentas de mapeamento participativo. O repasse do conhecimento tradicional para o mapa é uma tarefa difícil. Diante disso, caso seja utilizado o sensoriamento remoto para “ajustar” os dados, em decorrência do desconhecimento da comunidade em relação a técnica, pode haver alteração da informação.

Deve-se considerar também, que as metodologias do mapeamento participativo, necessitam de uma equidade conceitual, para facilitar o diálogo interinstitucional e a troca de experiências. Ou seja, deve-se eliminar divergências conceituais e uniformizar procedimentos (ATAÍDE, 2011). Considera-se também, que erros em relação a escala também podem ocorrer, já que os polígonos presentes em mapas elaborados por moradores tradicionais, na maioria das vezes, são maiores do que a realidade no campo, ao se tratar de determinado recurso natural (KOURY et al., 2010).

No Brasil, nos últimos anos, vêm se desenvolvendo alguns mapeamentos com a participação de populações tradicionais. Contudo, a utilização do SIG para o mapeamento do conhecimento tradicional ainda é precária, assim como seus resultados para criação de políticas públicas de uso da terra, criação e gestão de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (TRANCOSO et al., 2012).

## **A METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA GESTÃO AMBIENTAL**

Segundo Diegues (2000) muitas das áreas habitadas por populações tradicionais conservam sua cobertura florestal e grande biodiversidade, em virtude do manejo que é característico do modo de vida dessas comunidades. O conhecimento tradicional demonstrado por essas populações são relevantes na relação entre homem e natureza e pode ser definido

“como o saber e o saber-fazer, concebidos na sociedade não urbana/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração”. Os “saberes dos antigos”, também conhecidos como conhecimentos tradicionais tem a transmissão oral como um dos pontos imprescindíveis para a sua propagação.

A metodologia participativa se destaca a partir do momento em que se estabelece um novo paradigma do desenvolvimento, baseado no desenvolvimento em bases sustentáveis. O processo atual, é de fortalecimento de distintas identidades socioculturais, presentes no Brasil, como por exemplo, os remanescentes de quilombos, e estímulo à participação popular nas instâncias deliberativas (SILVA, 2012).

Com intuito de evitar falhas e ineficiências no desenvolvimento de áreas com grande biodiversidade, chegou-se à conclusão, segundo Ataíde e Martins (2005), que as metodologias participativas são fundamentais para o planejamento e gestão territorial, visto que, deve-se associar conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais priorizando valores como o respeito aos seres humanos e aos recursos naturais.

Muitos autores acreditam, que em virtude do caráter estritamente tecnicista empregado na elaboração de planos de ordenamento territorial, vários deles não têm apresentado benefícios sociais esperados. Na concepção de Diegues (2000), ao atribuir aos cientistas a tarefa de elaborar planos e propostas, não levando em consideração a participação das comunidades, pode-se gerar propostas de ordenamento, não como ferramenta de desenvolvimento social, mas como gerador de conflitos e descontentamento (ATAÍDE; MARTINS, 2005).

O mapeamento participativo é muito utilizado na gestão de áreas protegidas. Para Ataíde e Martins (2005), por ser essencial no planejamento e gestão de áreas protegidas, a cartografia, por muitas vezes, esteve relacionada à conservação biológica. Com as novas geotecnologias, principalmente os SIGs, o planejamento e a gestão de áreas protegidas foram facilitadas, devido a utilização de dados gráficos e descritivos. Portanto, quando as informações relacionadas ao ambiente são relevantes, a etnocartografia, pode ajudar a formulação de estratégias visando a conservação da diversidade biológica.

O uso de SIG é importante na gestão de territórios. De acordo com Trancoso et al. (2012), o etnomapeamento pode ser recurso que aponte locais com maior necessidade de recuperação ambiental, associando informações geográficas provenientes de diversas fontes com os conhecimentos indígenas.

Na concepção de Koury et al. (2010), nos dias atuais, o Mapeamento Participativo apresenta-se como uma importante ferramenta para subsidiar o planejamento de áreas, principalmente, as protegidas e ocupadas por populações tradicionais.

O estudo da etnocartografia, pode funcionar como um depósito de diversos conhecimentos que possibilita a melhor compreensão das relações entre de seus autores e o meio no qual vivem. Ao ser utilizada objetivando o planejamento, a etnocartografia permite a participação da população tradicional nos processos decisórios. Dessa forma, o saber tradicional vem sendo resgatado, visando o desenvolvimento sustentável. Não se deve restringir a participação dos povos tradicionais a elaboração dos etnomapas, mas sim incluí-los no processo de tomada de decisões (ATAÍDE; MARTINS, 2005).

Pimbert e Pretty (2000), ressaltam a importância da interação comunitária nos processos de conservação no que diz respeito a gestão da biodiversidade, destacando que o não envolvimento das comunidades, pode ocasionar altos custos operacionais de manejo e conservação.

De acordo com Correia (2007), no Brasil os mapeamentos participativos têm propiciado debates e ações voltadas a gestão territorial em terras indígenas. Nesse contexto, instituições governamentais e não-governamentais obtêm importantes conhecimentos a respeito de territórios indígenas e seus usos. Baseado nesses conhecimentos, debates e ações ligadas a

vigilância e supervisão do manejo sustentável, geração de renda possibilitadas pelas atividades sustentáveis estão sendo traçadas.

A presença de populações tradicionais em áreas de conservação de recursos naturais é algo relevante. De acordo com Brown (1998), no Brasil, principalmente na Amazônia, áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, são ocupadas por populações indígenas, seringueiros e castanheiros. Estes, muitas das vezes, dependem e são responsáveis pela manutenção desses recursos e não devem ser retirados das áreas de conservação e dos processos de decisão que fazem parte de sua gestão.

Nesse intento, a presença de comunidades na gestão de áreas protegidas é elemento relevante para a sustentabilidade, visando a conservação da biodiversidade e do patrimônio natural. Destaca-se, portanto, o potencial democrático e emancipatório mediante a participação de distintos atores sociais nos momentos de decisão (IRVING et al., 2006).

O modo de ver e as opiniões das comunidades locais se configuram como algo relevante no processo de gestão, contudo, o órgão gestor predomina na tomada de decisões. Elas são essenciais na proteção da biodiversidade e dos recursos naturais (SILVA, 2012).

## **ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO NO BRASIL**

Podem ser mencionados alguns importantes trabalhos de mapeamento participativo, no Brasil, buscando valorizar o conhecimento das comunidades locais acerca do espaço em que vivem. De acordo com Trancoso et al. (2012), no período de 2001 a 2003 foi desenvolvido o projeto Mapeamento Participativo das TIs (Terras Indígenas) Uaçá, Juminã e Galibi, no Amapá, pela Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque em parceria com a ONG (Organização Não Governamental) *The Nature Conservancy*.

Em 2004 e 2005, foi realizado o Etnozoneamento Terra Indígena Mamoadate, localizada nos municípios de Assis Brasil e Sena Madureira, no Acre. Foi realizado de forma participativa com os povos indígenas Manchineri e Jaminawa. O etnozoneamento foi executado pela equipe Técnica da Secretaria de Meio Ambiente do Acre e consultores. Seu objetivo foi contribuir com o processo de autonomia destes povos respeitando a diversidade cultural. Houve elaboração e digitalização de mapa dos recursos hídricos para o Plano de Gestão Ambiental e Territorial da TI Mamoadate (FUNAI, 2006).

O trabalho “Etnomapeamento na Terra Indígena Poyanawa (Acre)”, foi elaborado no ano de 2006, em parceria com a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) e Associações de oito TIs. O projeto foi apoiado pela ONG *The Nature Conservancy* (TNC) e Fundação Gordon and Betty Moore. No trabalho mencionou-se o mapeamento do território, de acordo com diversos temas, localização de recursos. Para possibilitar a execução, foram realizadas oficinas de etnomapeamento, em todas as terras indígenas. Os etnomapas foram elaborados em folhas de acetato sobrepostas às imagens de satélite, nas quais foram utilizadas canetas retroprojeter 1.0mm e 2.0 mm de diversas cores (GAVAZZI, 2006).

A experiência citada em “O geoprocessamento na gestão ambiental em terras indígenas: uma experiência com etnomapeamento junto à comissão pró-índio do Acre”, mostrou o desenvolvimento de materiais didáticos direcionados a população indígena do Acre. Para tal proposta, houve combinação de imagens de satélites, fotografias aéreas. Os etnomapas foram elaborados por professores e agentes agroflorestais, sob a coordenação da Comissão Pró-Índio, no ano de 2005. Eles retrataram a forma como as populações obtêm os recursos necessários, assim como apresentaram o valor de uso de cada recurso para as comunidades (CARVALHO, 2006).

O mapeamento apresentado em “Mapeamento participativo de riscos ambientais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Anhumas Campinas, SP”, está inserido no contexto do projeto de políticas públicas apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São

Paulo (FAPESP) nº. 01/02952-1, intitulado "Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas". O Projeto tem a participação de equipe multidisciplinar, composta por profissionais e estudantes do Instituto de Geociências da UNICAMP, dos Institutos Agrônomo de Campinas (IAC) e Florestal (IF), da Universidade de Brasília, da Universidade São Marcos e da Prefeitura Municipal de Campinas. Desenvolvido no ano de 2005, o mesmo passou por algumas etapas. A primeira delas foi a preparação e convocação dos participantes. A segunda delas foi a reunião de mapeamento de riscos. Nesta, foi transmitido conhecimento acerca da alfabetização geográfica/cartográfica e também a familiarização dos participantes com o ambiente do qual fazem parte. Foi feito o mapeamento de riscos propriamente dito. Cada risco é referenciado com canetas hidrocor. Houve exposição preliminar dos resultados alcançados por cada grupo de trabalho e reunião de mapeamento participativo para digitalização e tabulação dos resultados. Posteriormente, apresentou-se os resultados aos gestores daquela área (DAGNINO; CAPRI JR, 2006).

A pesquisa "Mapa participativo inédito expõe os impactos do avanço da soja sobre a floresta", apresentou um outro mapeamento participativo, que foi realizado pelos comunitários de Santarém e Belterra, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, em 2009. Esse, baseou-se em imagens de satélite e conhecimento tradicional de comunidades tradicionais da Amazônia. No mapa houve representação dos impactos da produção de soja na região oeste do Pará, identificando os pontos de desmatamento e problemas relacionados à expansão desordenada da soja na região. O projeto mapeou 121 comunidades locais, havendo a capacitação de mais de 50 lideranças de 28 diferentes comunidades no uso de GPS e interpretação de imagens (GREENPEACE, 2009).

No trabalho intitulado "A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo", buscou-se através do mapeamento, auxiliar o processo de regularização fundiária do território quilombola Castainho, localizado no município de Garanhuns-PE. Essa pesquisa foi desenvolvida, em 2007, no âmbito do Projeto de Infraestrutura Geoespacial Nacional – PIGN, coordenado pelo IBGE e University of New Brunswick – UNB. O procedimento metodológico dos envolvidos no processo foi a definição de grupos. Com as crianças, trabalhou-se croqui em sala de aula e croqui casa escola, para os adultos, houve educação cartográfica e mapa planimétrico (ANDRADE; CARNEIRO, 2009).

Outro mapeamento participativo denominado "Mapeamento Participativo do Uso dos Recursos Naturais da Floresta Estadual de Maués", realizado no Amazonas, pelo IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas teve por objetivo caracterizar o presente uso dos recursos naturais realizado pela população residente e usuária da Floresta Estadual de Maués como ajuda a revisão de seu Plano de Gestão (KOURY et al., 2010).

Os procedimentos realizados no mapeamento participativo em destaque, foram a identificação do objetivo e temáticas do Mapeamento Participativo, posteriormente o planejamento das técnicas empregadas e elaboração de modo participativo de mapas e representações. Foram realizadas oficinas com os moradores locais. Os mapas confeccionados tiveram como base as imagens de satélite Landsat 5, que foram impressas em folha tamanho A0 (841×1189mm) na escala 1:120.000. Com o auxílio do papel vegetal sobre os mapas, houve possibilidade das comunidades locais destacarem áreas utilizadas para a exploração de recursos naturais, que eram marcadas no mapa para digitalização das informações. Para armazenamento dos dados, utilizou-se softwares de SIG's (KOURY et al. 2010).

No trabalho "Práticas de etnoconhecimento na gestão participativa do turismo sustentável na Amazônia: quilombo de tapagem (Oriximiná, PA, Brasil)", buscou-se utilizar o etnomapeamento para ajudar à gestão participativa sustentável do turismo, em locais onde vive a população quilombola de tapagem, localizadas no Alto Rio Trombetas (Oriximiná, PA, Brasil). Esta comunidade apresenta seus territórios em áreas próximas, justapostas ou

sobrepostas a algumas áreas protegidas na Amazônia. O procedimento metodológico foi a realização de pequenas oficinas com distintos grupos de comunitários para a elaboração do mapeamento participativo. Este utilizou imagem satélite LANDSAT 5 TM. Colocou-se uma folha transparente sobre a imagem georreferenciada no tamanho A3, para o mapeador espacializar na imagem de satélite o uso dos recursos naturais. Os resultados serviram para o desenvolvimento de planos futuros na região. A pesquisa foi realizada em 2008 (CAMPOS; MATTOS, 2011).

O mapeamento participativo indicado no texto “Mapeamento participativo e sua importância na identidade territorial de Barro Vermelho, Santo Amaro – Bahia”, foi realizado no povoado de Barro Vermelho, na Bahia, a partir do projeto de extensão universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ele visou proporcionar aos habitantes das comunidades rurais, a espacialização da propriedade e o entendimento da sua identidade territorial. Os procedimentos metodológicos mencionados no texto, para colocar em prática o mapeamento, foi o levantamento bibliográfico no que diz respeito a cartografia participativa. A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de maio e junho de 2011. Foi utilizada uma imagem satélite Spot 5 georreferenciada, com dados levantados no campo, com o uso do receptor GPS (Global Positioning System). Esse material possibilitou destacar dados, como a cobertura natural, edificações, campo de futebol, estradas e áreas de solo que encontravam-se expostos, observadas na imagem e posteriormente vetorizadas (ARAÚJO; NASCIMENTO, 2012).

Um dos trabalhos de mapeamento foi realizado, juntamente, com a Floresta nacional FLONA de Tefé- AM. De acordo com o trabalho intitulado “ Mapeamento participativo e uso do SIG: FLONA de Tefé-AM”, o mapeamento desenvolvido no mesmo, teve o objetivo de analisar o uso da terra. A partir desta análise buscava-se, com auxílio de outros mapas, auxiliar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação, citada anteriormente. As comunidades ribeirinhas auxiliaram a elaboração dos mapas (OLIVEIRA, et al., 2013).

No trabalho supracitado, foram desenvolvidos alguns procedimentos metodológicos, o primeiro deles foi o planejamento inicial, iniciado com reuniões com os gestores do ICMBIO/Tefé. Nestas reuniões foram decididos quais elementos seriam mapeados para a elaboração do Plano de manejo. Mapeamento este, baseado na cartografia Social/Participativa. Utilizou-se, inicialmente, imagens do Google Earth. O segundo procedimento realizado foi a atividade de campo, que visava a elaboração do mapeamento participativo com subgrupos da comunidade e pesquisadores. Nessa etapa, foi feita superposição de papel vegetal nas imagens de satélites, com o auxílio da comunidade. O terceiro procedimento metodológico é o uso do SIG. Houve sistematização dos dados de campo utilizando-se o software ARCGIS 10. Após os procedimentos destacados, houve avaliação e confirmação dos mapas temáticos gerados em computador a partir de apresentação para as comunidades ribeirinhas. Nessa ocasião, realizou-se discussão das zonas distintas a serem criadas para FLONA de Tefé. O zoneamento foi proposto pelos gestores do ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, havendo delimitação de sua área mediante demanda dos comunitários (OLIVEIRA, et al., 2013).

Verificou-se, que o mapeamento participativo é elaborado e utilizado para diagnóstico de problemas ambientais, para a gestão territorial, identificação de áreas extrativas de recursos naturais e forma de manejo dos mesmos. A participação das comunidades tradicionais no processo de mapeamento, assim como a utilização das novas tecnologias, são agentes facilitadores da execução do mapeamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção das comunidades tradicionais voltada a gestão ambiental, mostrou-se uma forte aliada no diagnóstico de carências, necessidades que podem nortear políticas públicas futuras associadas a essas comunidades e/ou áreas em que vivem. Durante da revisão bibliográfica, constatou-se a importância da cartografia de cunho participativo para o planejamento e gestão ambiental. Para alcance de tais resultados, vem sendo desenvolvidas no mundo, práticas de mapeamento participativo. Este, devido ao avanço das novas tecnologias, com destaque para os SIGs, facilitou a sistematização dos dados e visualização dos resultados obtidos para planejamento futuro e tomada de decisões.

A metodologia participativa, analisada no artigo, foi o mapeamento participativo, que apresenta diferentes terminologias, dependendo da região do mundo, que o tema seja abordado. Foi destacado, que esta forma de mapeamento surgiu na década de 1960 e ao longo dos anos foi disseminada pelo mundo.

Desde o surgimento desta prática, as técnicas vêm se modernizando, com a utilização de softwares de SIG, imagens de satélite, mapas, cartas, que facilitam a sistematização e elaboração de mapas.

No Brasil, a propagação desses mapeamentos é recente e muito utilizados por comunidades tradicionais, principalmente pelas comunidades indígenas, sendo muitas vezes, usadas para a gestão de áreas protegidas. Alguns dos mapeamentos realizados no país, valorizando os conhecimentos tradicionais dos diferentes povos, foram mencionados no artigo, com a descrição de como eles foram executados e quais os resultados obtidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ANDRADE, Ericka Delania Verissimo; CARNEIRO. Andréa Flavia Tenório. A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento. **Boletim de Ciências Geodésicas**. Curitiba, v. 15, n. 3, p. 410-427, jul.-set., 2009.

ARAÚJO, Niédja Santos; NASCIMENTO, Dária Maria Cardoso. Mapeamento participativo e sua importância na identidade territorial da comunidade de Barro Vermelho, Santo Amaro - Bahia. **Extensio**, Florianópolis, SC, v. 9, p. 51-63, 2012.

ATAÍDE, Marcos Sebastião. A etnocartografia no Brasil – 10 anos depois. In: XXV Congresso Brasileiro de Cartografia, 2011, Curitiba – PR. **Anais...** Curitiba – PR, 2011.

ATAÍDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton. Luiz. Urizzi. A Etnocartografia como ferramenta de gestão. In: XXII Congresso Brasileiro de Cartografia e Simpósio De Geotecnologias para Petróleo, 2005, Macaé - RJ. **Anais...** Macaé-RJ, 2005.

BARROS, Juliana Ramalho. A percepção ambiental dos quilombolas kalunga do engenho e do vão de almas acerca do clima e do uso da água . **Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/21980>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BAVARESCO, Andreia Almeida. **O pjê e a Cartografia: Os mapeamentos participativos como ferramenta pedagógica no diálogo entre saberes ambientais**. 2009. 128 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BOTÍA, Carlos Zárate. Introducción. In: Vieco, Juan Jose; Franky, Carlos Eduardo; Echeverri, Juan Alvaro. **Territorialidad Indígena y Ordenamiento em la Amazonia**. Santafé de Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, UNIBIBLOS, 2000. p.13-17.

BRASIL. Decreto Presidencial Nº. 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades Tradicionais em 25 de maio de 2007.

BROWN, Irving Foster; et al. **Mapa como ferramenta para gerenciar recursos naturais: um guia passo-a-passo para populações tradicionais fazerem mapas usando imagens de satélite**. Rio Branco: Brilhograf, 1998.

CAMPOS, Leonardo Gama; MATTOS, Cristiane Passos. Práticas de etnoconhecimento na gestão participativa do turismo sustentável na Amazônia: Quilombo de Tapanagem (Oriximiná/PA, Brasil). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, dez. 2011. Disponível em: <<http://rbtur.org.br/rbtur/article/view/457/478>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CARVALHO, Antônio Luis Andrade. **O geoprocessamento na gestão ambiental em terras indígenas: uma experiência com etnomapeamento junto à comissão pró-índio do Acre**. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física)-Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

CHAPIN, Mac; LAMB. Zachary; THRELKELD, Bill. **Mapping Indigenous Lands**. Annu. Rev. Anthropol., 2005.

CORREIA, Cloude Souza. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: Representações cartográficas e gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre**. 2007. 420 f. Tese (Doutor Antropologia Social), Departamento de Antropologia - Dan, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DAGNINO, Ricardo; CARPI JR, Salvador. Mapeamento participativo de riscos ambientais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Anhumas-Campinas, SP. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA AMBIENTE E SOCIEDADE. Brasília-DF. **Anais...** Brasília-DF, 2006. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA157-06032006-105325.PDF](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA157-06032006-105325.PDF)>. Acesso em: 12 mai. 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. 290p.

FUNAI. Etnozoneamento Terra Indígena Mamoodate. Disponível em: <<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/experiencias-em-gestao/etnomapeamento-dos-potiguara-da-paraiba-21/>>. Acesso em 10 de jun. 2015.

GAVAZZI, Renato Almeida; ALMEIDA, Regina Araujo. Etnocartografia, uma experiência com Mapeamento Participativo no Acre. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL CAMINHOS DA

CARTOGRAFIA NA GEOGRAFIA, 2., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia - Fflch/USP, 2010. p. 223 - 233.

GREENPEACE. Mapa participativo inédito expõe os impactos do avanço da soja sobre a floresta. Notícia - 15 - jan – 2009. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/mapa-participativo-inedito-exp/>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

HABERGER, Sabina; MANCILA, Iulia. **El poder de la Cartografía Social em las prácticas contrhegemónicas o La Cartografía Social como estratégia para diagnosticar nuestro territorio.** 2006.

HERLIHY, Peter H. **Participatory Research Mapping of Indigenous Lands in Darién.** Panama. Human Organization. *Journal of the Society for Applied Anthropology*. P. 315-331, v. 62, n.4, Winter 2003.

HERRERA, Juan. (2008) Cartografía Social. Disponível em: <[www.juanherrera.files.wordpress.com/2008/01/cartografia-social.pdf](http://www.juanherrera.files.wordpress.com/2008/01/cartografia-social.pdf)>. Acesso em 10 de fev. 2015.

IRVING, Marta; *et al.* (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio/Núcleo de Produção Editorial Aquários, 2006.

KOURY, C. G.; FREITAS, C. C. , CEZARE, C. H. G. Mapeamento Participativo do Uso dos Recursos Naturais da Floresta Estadual de Maués. Ed.: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM, 2010. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/mapeamento-participativo-do-uso-dos-recursos-naturais-da-floresta-estadual-de-maues.pdf>>. Acesso em 10 de fev. 2015.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Papirus Editora, Campinas, SP, 4ª edição, 1997.

LIMA, Lucas Pereira Neves Souza. **Mapas Sociais: Propostas e Perspectivas.** Brasília: EdUNB, 2010.

NELSON, N.; WRIGHT, S. Participation and power. In: NELSON, N.; WRIGHT, S. **Power and participatory development.** Theory and practice. Ed. Intermediate Technology Publications, 1995.

OLIVEIRA, Mateus Glaiser; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antune.; PIRES, Cláudia Luiza Zeferino. Mapeamento participativo e uso do SIG: FLONA de Tefé-AM. In: XVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 2013, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu : INPE, 2013.

PIMBERT, Michel; PRETTY, Jules N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo, Hucitec, 2000.

POOLE, Peter. Indigenous Peoples, Mapping and Biodiversity Conservation: Na Analysis of Current Activities and Opportunities for Applying Geomatics Technologies. BSP People and Forests Program Discussion Paper. Washington, D.C.: Biodiversity Support Program, 1995.

SILVA, Simone Rezende. Comunidades Quilombolas e a política ambiental e territorial na Mata Atlântica. **Geografia em questão**, Paraná, 2012. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4967/4938>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

SLETTTO, Bjorn; BRYAN, Joe; TORRADO, Marla; HALE, Charles; BARRY, Deborah. Territorialidad, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. **Cuadernos de geografía Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, jul.-dez. 2013.

STOCKS, Anthony. Mapping Dreams in Nicaragua's Bosawas Reserve. Human Organization. *Journal of the Society for Applied Anthropology*. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

TRANCOSO, Ralph; MILLER, Robert; GOULART, Alexandre; TRINDADE, Henyo; CORREIA, Cloude. EtnoSIG: ferramentas para gestão territorial e ambiental de terras indígenas. In: PAESE, Adriana; UEZU, Alexandre; LORINI, Maria Lúcia; CUNHA, André (Orgs). **Conservação da Biodiversidade com SIG**. São Paulo, Oficina de Textos, 2012.

## **ARTIGO CIENTÍFICO 2**

### **DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL TURÍSTICO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

#### **RESUMO**

No artigo, foi realizado o diagnóstico do potencial turístico, em comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá, situadas em Morangaba, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas visitas as comunidades quilombolas, objetivando a apresentação do projeto, identificação das principais demandas das comunidades, realização de oficinas de capacitação, identificação do potencial turístico no território quilombola, visita aos pontos mencionados, pelos moradores e sistematização dos dados da oficina e campo para confecção de um mapa, no software ArcGis online. Foram apontados, de acordo com a concepção de moradores das comunidades quilombolas, potenciais atrativos naturais como, Cachoeiras, Caverna e potencial atrativo cultural, o resquício de construção de escravos. Para complemento do diagnóstico do potencial turístico, foram mencionados serviços de alimentação e hospedagem no território das comunidades. Atualmente, não é possível classificar as comunidades como prestadoras de serviços turísticos, já que as experiências que ocorrem são pontuais, contudo o diagnóstico realizado, constitui um primeiro passo para a implantação de um turismo de base comunitária nessa região. Paisagens diversificadas, a curiosidade pelo conhecimento de cultura distinta, podem ser fundamentais para a atração de turistas.

Palavras-chave: Potencial turístico. Comunidades quilombolas. Turismo de base comunitária

## **ABSTRACT**

In the article, the diagnosis of tourism potential was made in the communities of Aleluia, Batatal and Cambucá, located in Morangaba, in the municipality of Campos dos Goytacazes. For the development of this research, visits were made to quilombola communities, aiming at presenting the project, identifying the main demands of the communities, conducting training workshops, identifying potential tourism in the quilombola territory, visiting the points identified by the residents and systematizing Workshop data and field mapping, in ArcGis software online. According to the concept of inhabitants of quilombola communities, potential natural attractions such as Cachoeiras, Trilha, Caverna and potential cultural attraction were identified, the remnant of slave construction. To complement the diagnosis of tourism potential, food and lodging services were mentioned in the territory of the communities. Currently, it is not possible to classify the communities as providers of tourist services, since the experiences that occur are punctual, but the diagnosis made is a first step towards the implementation of community-based tourism in this region. Diversified landscapes, the curiosity for the knowledge of distinct culture, can be fundamental for the attraction of tourists.

Keywords: Tourism potential. Quilombola communities. Community-based tourism.

## **INTRODUÇÃO**

O turismo de base comunitária surge como alternativa, a atividade voltada, exclusivamente, ao crescimento econômico, que algumas vezes interfere nos princípios culturais, das comunidades receptoras do empreendimento turístico. Em relação a esse segmento de turismo, deve-se destacar a participação, o auxílio das comunidades no desenvolvimento da atividade turística. A referida prática é importante para a valorização da identidade local e preservação do território. Os princípios do desenvolvimento sustentável estão inseridos no turismo citado,

anteriormente, podendo ser fundamental para a criação de postos de trabalho e geração de renda de moradores locais.

Nesse contexto, o turismo desenvolvido em bases comunitárias pode proporcionar o desenvolvimento local de populações tradicionais, colocando-as em evidência, sendo fundamentais para a elaboração e gestão da atividade turística, além de contribuir para manutenção de traços culturais e históricos. Assim, para Banducci Jr (2003) o turismo é uma experiência de relato contínuo, visto que reproduz impressões, sentimentos e conhecimentos dos grupos locais a respeito deles mesmos e também sobre o outro e isso pode auxiliar na afirmação de sua identidade.

Nesse estudo, foi realizado o diagnóstico do potencial turístico, de base comunitária, de comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá, visando a gestão do território, valorização da cultura e geração de renda. As comunidades diagnosticadas, localizam-se no Norte Fluminense, em Morangaba – 9º Distrito, no município de Campos dos Goytacazes. De acordo com Censo realizado, em 2010, pela prefeitura, com auxílio da Superintendência da Igualdade Racial, anteriormente conhecida como Fundação Zumbi dos Palmares, essas comunidades têm certificado de registro outorgado pela Fundação Cultural Palmares e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (CORDEIRO; OLIVEIRA, 2013).

Como potenciais atrativos naturais foram mencionadas Cachoeiras, Caverna e como potencial atrativo cultural foi citado o resquício de construção quilombola. Como toda área turística, deve haver oferta de serviços, que possibilitem o pleno desenvolvimento da atividade, foram apontados serviços de alimentação e hospedagem.

As comunidades a partir de sua percepção, identificaram em imagens do Google Earth, potenciais turísticos, nas áreas quilombolas. Essas, atualmente, não apresentam visitação nos moldes do mercado turístico, assim como não é possível caracterizá-las como prestadoras de serviços turísticos, já que a infraestrutura local, ainda é precária, para o desenvolvimento da atividade. Pode ser ressaltado, que não existe grande geração de receita advinda do turismo, sendo a obtenção de recursos financeiros, proveniente da visitação turística, que atualmente, é pequena e pontual.

## TURISMO SUSTENTÁVEL

Com o passar dos anos, o turismo vem incorporando novas características, visando atender as expectativas de turistas, sendo influenciado também, pela preocupação com as questões ambientais e população que reside nas áreas turísticas e a gestão do território. Desse modo, surge o turismo sustentável. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (1997), ele é capaz de gerar qualidade de vida as populações locais, ofertar boas experiências turísticas ao visitante e proteger o ambiente visitado, além de assegurar a manutenção do patrimônio ambiental objetivando beneficiar àqueles que dependem da atividade, comunidades locais e visitantes.

Fundamentados nessa definição e incorporando novas discussões sobre a temática, alguns autores expuseram suas ideias acerca do turismo sustentável. Na concepção de Pinheiro (2012), o turismo sustentável deve assegurar a melhor forma de utilização uso dos recursos ambientais, além de respeitar as tradições das comunidades que recebem os turistas, o mesmo deve também trabalhar para a manutenção do patrimônio e das culturas tradicionais e garantir que a atividade econômica produza melhorias socioeconômicas para a redução da pobreza.

No que diz respeito as relações estabelecidas entre o turismo sustentável e turismo tradicional, segundo Bramwell e Lane (1993), o primeiro é positivo e objetiva diminuir as tensões existentes entre a indústria do turismo, o meio ambiente e as comunidades receptoras, havendo um trabalho para manter a viabilidade e qualidade de recursos naturais e humanos. O turismo sustentável busca instaurar um vínculo mais produtivo e equilibrado entre o turista, a comunidade receptora e o lugar visitado, para manutenção dos recursos naturais e não exploração da população local.

O desenvolvimento do turismo sustentável é complexo e envolve diversos elementos nesse processo, posto isto, Swarbrooke (2000), destacam que é necessário haver um olhar diferente sobre o referido turismo, pois deve-se enxergá-lo como integrante de um sistema ainda mais aprofundado do desenvolvimento sustentável, um sistema aberto onde cada elemento interfere nos demais. Podendo ser citados como esses elementos, a agricultura, sociedades/comunidades, meio ambiente e recursos naturais, artesanato, preservação ambiental e sistemas econômicos. Para os autores, o turismo sustentável pode ajudar a execução do

desenvolvimento sustentável, sendo estimulante para o desenvolvimento de pequenos negócios e para produção agrícola e artesanal (SANT'ANA; RIACI, 2008). Destarte, para os autores, essa forma de turismo pode impulsionar atividades que auxiliem as comunidades locais.

Nessa mesma perspectiva, Inskeep (1991) propõe que haja atendimento dos turistas e também das comunidades visitadas, ao mesmo tempo, em que se deve haver incremento das oportunidades futuras locais, com gerenciamento dos recursos naturais de modo que as necessidades econômicas, sociais estéticas, culturais, sejam mantidos.

Guiado pelo turismo sustentável, busca-se o desenvolvimento do turismo comunitário, aquele que prioriza não apenas a manutenção dos recursos naturais e gestão do território, mas aquele que se desenvolve coletivamente e coloca em evidência comunidades locais, suas necessidades e sua relevância para o desenvolvimento local.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Com o passar do tempo, a atividade turística passou a ser reconhecida como aquela que induz o desenvolvimento local. O Ministério do Turismo foi criado em 2003, posteriormente, o Plano Nacional de Turismo<sup>2</sup> (PNT) de 2007-2010 sugeriu a descentralização da gestão turística e promoção da participação e inclusão social, já que o Turismo foi reconhecido como atividade mantenedora da identidade local e também responsável pela geração de renda de comunidades (PINHEIRO, 2014). Conseqüentemente, surge um turismo que inclui a participação dos moradores locais, das comunidades receptoras das atividades turísticas, desejando a valorização de sua cultura, uma possibilidade de geração de renda e gestão do território.

Passa a ter visibilidade na academia, na mídia e no setor Público várias experiências de organização da atividade turística, comumente classificadas como

---

<sup>2</sup> É um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no país (PLANO NACIONAL DE TURISMO, 2007).

Turismo de Base Comunitária, Turismo Comunitário, Solidário, de Conservação, dentre outras nomenclaturas, no mundo inteiro, e principalmente na América Latina. Essas experiências estão relacionadas ao desenvolvimento sustentável e unem as dimensões culturais, socioeconômicas e ambientais, na formulação e venda do produto turístico (BRASIL, 2010).

No Brasil, o turismo comunitário e de base local, surge, inicialmente, como tema de diálogo científico, no I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), que aconteceu em 1997. Posteriormente, em 2003, o tema aparece novamente, no I Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Foi definido, que o turismo comunitário não é um segmento do turismo, mas tática utilizada por comunidades socioempreendedoras, de pessoas motivadas pelo sentimento comunitário, populações tradicionais<sup>3</sup> que se distanciam da lógica racional econômica de ganho individual (SAMPAIO et al., 2014).

Paralelamente a isso, há algumas mudanças no perfil do turista, pois de acordo com Drumm e Moore (2013), o turismo comunitário manifesta-se em um período, no qual muitas pessoas se sentem atraídas por destinações ecológicas. À proporção que mais pessoas ouvem falar da fragilidade do meio ambiente, elas se tornam mais conscientes das questões conservacionistas, em todo o mundo. Muitos querem entender os complexos desafios da conservação da floresta tropical e os vivenciá-los diretamente.

As atuais exigências da indústria do turismo que, muitas vezes, almeja o lucro às custas da degradação do meio ambiente, se contrapõe ao turismo de base comunitária, que prevê a valorização das comunidades locais e a geração de renda, tendo como foco os novos anseios dos turistas. Deve-se ressaltar, segundo Pinheiro (2014), que é um grande desafio a criação de um modelo de turismo mais justo e equitativo, que leve em consideração as questões sociais, culturais, ambientais e econômicas, para que a comunidade seja inserida no planejamento turístico, visando seus objetivos.

Para tanto, vale destacar, que a gestão ambiental no turismo pode reduzir os aspectos negativos, que podem ser gerados ao meio ambiente, como desmatamento,

---

<sup>3</sup> Apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados para a subsistência, com baixa articulação com o mercado, fazendo uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de pequeno impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais de base sustentável (ARRUDA, 1999).

poluição de lagos, rios, praias, dentre outros. Isso pode incentivar o uso racional dos recursos naturais. Muitas comunidades destacam a necessidade do desenvolvimento, que una o crescimento econômico, equidade social e a preservação dos patrimônios socioculturais que as compõem.

O turismo sustentável está enraizado no turismo de base comunitária, nesse procura-se o bem-estar e a criação de benefícios para a comunidade receptora (BURSZTYN et al., 2009). Nesse sentido, o turismo comunitário se faz como um projeto de desenvolvimento sustentável fundamentado pela própria comunidade. Ele reforça os laços sociais e a coletividade, promovendo a melhoria de vida, a inclusão, à valorização da cultura e do sentimento de pertencimento, um tipo de turismo que vai além do crescimento econômico. Logo, as iniciativas comunitárias devem ser expressão das necessidades locais, possibilitando condições para a realização da atividade turística em bases comunitária (SILVA, 2014).

De igual modo, o turismo de base comunitária segundo Tucum (2008) relaciona-se àquele onde as populações locais controlam o seu desenvolvimento e gestão. A gestão das infraestruturas e serviços turísticos, relacionadas ao meio ambiente, valorização da cultura local e na economia solidária, que se faz de forma comunitária ou familiar.

Uma característica importante destacada por Silva (2014), sobre o turismo de base comunitária, diz respeito ao turismo desenvolvido pela comunidade e para a comunidade, nele os atores sociais comunitários não somente participam, como controlam as decisões referentes ao turismo na localidade.

Zaqual (2009) avança na conceituação do turismo comunitário, considerando-o toda forma de organização empresarial assegurada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários. O turismo comunitário, com sua dimensão humana e cultural, estimula o diálogo entre iguais e encontros de diversas culturas com os visitantes, visando conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

Analisando os fatores primordiais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, Bursztyn et al. (2009), verifica que as necessidades são distintas daquelas observadas no turismo de massa<sup>4</sup>. O turismo alternativo de base comunitária tende a requerer menor infraestrutura e serviços, da mesma forma que deseja

---

<sup>4</sup> Esse tipo de turismo ocorre, de acordo com o tamanho da demanda, ou seja, em áreas onde a procura para a visitação é grande (BARRETTO, 1998).

valorizar ambientes naturais e cultura de cada lugar. O que não significa, apenas, percorrer *rotas exóticas*, mas diz respeito a um outro *modo de visita e hospitalidade*, distinto do turismo massificado.

O turismo de base comunitária, visa estimular um turismo que utiliza recursos naturais e culturais, de modo sustentável. Este prioriza a conservação do meio ambiente e das culturas tradicionais, possibilitando a pequenas comunidades, impulsionar seus modos de produção e de organização, para que possam ser compreendidos como atrativos turísticos<sup>5</sup>, culminando em oportunidades de trabalho e geração de renda para seus moradores (ZAMIGNAN, 2010). Sendo assim, pequenas comunidades se tornam protagonistas, nesse tipo de turismo.

O turismo supracitado é proveniente da busca de grupos sociais residentes do lugar turístico, estabelecendo com este território uma relação de dependência. Portanto, é difícil pensar a implantação de turismo de base comunitária, que seja decidida por agentes externos, pessoas que estejam fora da realidade e aos modos de vida locais (IRVING, 2002). A conservação ambiental e valorização da identidade cultural dão suporte para o turismo de base comunitária, assim como ocasiona benefícios efetivos para as comunidades receptoras (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Os autores ressaltaram que é complexo construir essa forma de turismo, sendo direcionados por agentes externos já que os mesmos não vivenciam o cotidiano local das comunidades.

Deve ser levado em consideração ainda, que para ser colocado em prática, o turismo de base comunitária necessita ser planejado, de forma coletiva, para manter a sustentabilidade, para atender as comunidades receptoras. Para Oliveira e Marinho (2009), sem o planejamento necessário e participação na gestão do turismo, torna-se inviável que as comunidades estejam inseridas na prática das atividades, visando a obtenção de benefícios. Devem prevalecer as necessidades reais das comunidades para os serviços de apoio ao turismo, como bares, restaurantes e dormitórios, além de melhorias em áreas destinadas ao lazer e infraestrutura básica.

Desse modo, Silva (2014) acredita que para ser colocada em prática e obter benefícios, o avanço da atividade turística, necessita de planejamento e ordenamento para reduzir os impactos negativos, assim como para impulsionar os benefícios da

---

<sup>5</sup> É composto de “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados” (BRASIL, MTUR, 2007b, p.27).

atividade. Muitas vezes, a prioridade no âmbito mercadológico, em sua totalidade, não levando em consideração a sustentabilidade social, cultural, ambiental, permite a desestruturação da cultura local, modifica ambientes naturais, impulsiona a especulação imobiliária e exclusão territorial dos moradores locais.

Portanto, em oposição ao turismo de massa, que não tem como propósitos a valorização da cultura local, a geração de renda da população local, a sustentabilidade está o turismo de base comunitária, sendo construída de forma planejada, coletiva, interna, já que agentes externos a realidade local, podem distorcer e/ou dificultar a implantação do processo.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

O turismo vem apresentando opções para atender a procura, que vêm surgindo e isto está ligado a demanda criada pelo novo perfil do turista, que deseja novas experiências, o conhecimento de novos valores naturais e culturais, principalmente para conhecer a originalidade das comunidades tradicionais<sup>6</sup>, além de apresentarem uma maior preocupação com a biodiversidade, mediante a integração com a comunidade local, o que proporciona o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento do turismo comunitário é uma forma de comunidades tradicionais serem ouvidas. Para Barreto (2004), o referido turismo é estratégia de comunicação social para que comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida. Comunidades tradicionais se definem por critérios geográficos, como território isolado, culturais, compartilhando costumes, usos e tradições e feixes de hábitos ou por funções socioeconômicas, variando por modos de produção e distribuição. Comunidades e seus modos de vida se confundem, entre elas, extrativistas, pesqueiras artesanais, jangadeiros, ribeirinhos, pequenos agricultores familiares, faxinalenses, indígenas, quilombolas, caiçaras e tantas outras.

---

<sup>6</sup> São grupos culturalmente diferenciados, que se “reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

Uma das comunidades tradicionais, envolvidas no processo do turismo comunitário, é a comunidade quilombola. Segundo Moura (1998), a definição de quilombo, que consta no Conselho Ultramarino de 1740, é a habitação com mais de cinco negros fugidos, localizada em parte despovoada, mesmo não havendo ranchos levantados e nem pilões. Segundo Pinheiro (2014), as comunidades quilombolas viviam em áreas de difícil acesso. Escolhiam florestas, locais isolados, pois queriam se prevenir de possíveis recapturas, de expulsão ou de tomadas de suas terras. Embora a ideia de quilombo, na maioria das vezes, estivesse associada a fuga, havia comunidades formadas a partir de doações de terras, e também mediante a compra de terras, pelos escravos, o que foi possível pela desestruturação do sistema escravista.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias- ADCT reconhece propriedade definitiva das terras, ocupadas pelas comunidades, assim como surge a categoria social, remanescente quilombola. Cada comunidade quilombola, tem sua história, suas tradições, no entanto, a luta pela terra é uma realidade comum a todas. Nos dias atuais, a luta pela terra e a problemática do reconhecimento diante da sociedade são questões importantes para as comunidades quilombolas (PINHEIRO, 2014).

Devido a história de fragilidade, ao longo dos anos, associada a rica cultura, Coutinho e Sampaio (2014) veem que os modos de vida peculiares, a produção e conhecimento de comunidades tradicionais são, com frequência, vistos como atrativos do turismo, sendo esperado, muitas vezes que, haja valorização de sua cultura. Todavia, as comunidades com fortes tradições sofrem pressões externas que podem modificar seus meios de sobrevivência. Nesse intento, o Turismo comunitário pode viabilizar esses modos de vida, produção e conhecimento (COUTINHO et al., 2014).

Na concepção de Leal (2009), a relação existente entre turismo e os povos tradicionais é muito questionada, principalmente, pelos problemas sociais e culturais que podem ser ocasionados, como por exemplo o desenvolvimento de realidades inadequadas, nas comunidades locais. Então, o autor reconhece que aliar turismo a comunidades tradicionais, não é tarefa nada fácil, até porque a inserção de novos atores nesse processo, pode fragilizar a unidade local, a cultura, a gestão do território, dentre outros fatores.

O turismo comunitário possibilita a comunidades tradicionais, que seus modos de vida tenham posição de destaque (SAMPAIO, 2014). Muitas vezes, o turismo de

base comunitária, é uma alternativa para as comunidades tradicionais, que têm medo de perder suas características, quando entram em contato com a sociedade.

Uma forma de atrair, motivar a visitação em territórios de comunidades tradicionais é elencar atrativos naturais e culturais. Para Zorzi (2010), a utilização de bens culturais e naturais como atrativos ou recursos turísticos é uma prática corriqueira em cidades que possuem bens naturais e culturais passíveis de serem visitados. A grande problemática gira em torno da escolha desses atrativos, que pressupõe planejamento e ainda o envolvimento e a participação ativa da comunidade local durante esse processo.

É importante a reunião de um grupo de pessoas, que faz parte de um meio social e que apresenta o mesmo objetivo. A participação é primordial para o turismo de base comunitária, sendo possível a partir da mobilização e formação de indivíduos, para que os mesmos notem o quanto podem auxiliar no seu bem-estar e de sua comunidade (BENI, 2006).

## **METODOLOGIA**

O estudo foi desenvolvido na região Norte Fluminense, no município de Campos dos Goytacazes, com as comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá, situadas em Morangaba – 9º Distrito. Além da fragilidade social, essas comunidades residem na periferia dos remanescentes florestais protegidos pelo Parque Estadual do Desengano e por isso, a dimensão socioambiental também assume importância para a gestão dessa Unidade de Conservação ambiental e para uso sustentável dos recursos que servem como fonte de subsistência. Nas comunidades supracitadas, muitas famílias obtêm sua renda, a partir de atividades agropecuárias, sendo parte da produção comercializada na Feira da Roça, que funciona em algumas localidades da cidade. No território quilombola estão instaladas três queijarias, que fornecem seus produtos aos supermercados localizados nas proximidades das comunidades.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizadas diversas visitas as comunidades quilombolas estudadas, com a finalidade de apresentar todas as etapas do projeto, a saber:

- 1 – Apresentação do projeto de Pesquisa/Extensão;
- 2 - Identificação das principais demandas das comunidades;
- 3 - Oficinas de capacitação em temas relacionados a cartografia e ao turismo, visando as ações de mapeamento participativo e identificação do potencial turístico;
- 4 – Oficina de mapeamento participativo para identificação do potencial turístico no território quilombola. Utilizou-se o Google Earth para que os moradores locais pudessem fazer essa identificação;
- 5 – Visita aos pontos identificados, pelos moradores, como potenciais turísticos. Nessa etapa, foram georreferenciados os pontos mencionados através do GPS;
- 6 - Sistematização dos dados da oficina e campo para confecção de um mapa, utilizando o software ARCGIS online.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, algumas atividades foram realizadas junto as comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá, que estão localizadas na região Norte Fluminense, no município de Campos dos Goytacazes, situadas em Morangaba – 9º Distrito.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de visitas as comunidades e ida das mesmas ao Instituto Federal Fluminense. As atividades foram realizadas no período de outubro de 2014 a agosto de 2016. As reuniões aconteceram sem seguir um cronograma específico, haja vista, que elas foram definidas conforme a disponibilidade dos agentes locais.

As atividades foram iniciadas no dia 15/10/2014. Os pesquisadores após contato prévio com o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de ABC (Aleluia, Batatal e Cambucá), Sr. Paulo Honorato, se reuniram com representantes locais na sede da Superintendência de Igualdade Racial, na comunidade de Aleluia, conforme pode ser visto na Figura 1. Neste encontro, foram tratados assuntos concernentes aos objetivos da pesquisa. Foi um momento importante, já que o encontro propiciou aproximação entre alguns membros das comunidades e pesquisadores.

**Figura 1-** Membros das comunidades e pesquisadores

Fonte: Autoria própria

Posteriormente, no dia 28/01/2015, foi realizada caminhada livre, na mata, com "especialista" local, o morador Sr. Aílton, visando contemplar a paisagem e biodiversidade local. Nesta oportunidade, além do objetivo inicial, os pesquisadores puderam estabelecer contato com outros moradores, como observado na Figura 2.

**Figura 2 -** Caminhada livre com morador local

Fonte: Autoria própria

Velasco e Díaz de Rada (1997) definem a pesquisa de campo, principalmente, a realizada em ambientes comunitários, como uma investigação sociocultural, que utiliza procedimentos e normas para a organização e a produção do conhecimento.

No dia 01/11/2015, foi realizada reunião na sede, em Aleluia, marcada previamente, com o Sr. Paulo Honorato. O encontro contou com a participação de moradores, para apresentação do projeto. Nesse dia, não houve grande participação da comunidade. Embora o projeto tenha sido apresentado, os pesquisadores, juntamente com o Sr. Paulo Honorato, optaram por definir uma outra data de reunião, para que mais moradores conhecessem a pesquisa. Contudo, este encontro foi valoroso, visto que os pesquisadores tiveram contato com outros moradores e puderam apreender um pouco mais sobre a história deles e também suas necessidades, como pode ser constatado na Figura 3. Foi um momento significativo para identificação de algumas demandas das comunidades.

**Figura 3 - Reunião com moradores de comunidades quilombolas**

Fonte: Autoria própria

Devido a presença, de uma pequena parcela de moradores, na reunião anterior, no dia 14/11/2015, aconteceu um novo encontro, entre pesquisadores e comunidades para apresentação do projeto, como pode ser visto na Figura 4. Houve grande presença de moradores e a pesquisa foi exposta para uma parcela de moradores, significativa. Houve interação satisfatória durante a reunião, na qual os moradores se mostraram dispostos a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa, a inclusão das comunidades, tornou-se indispensável, pois de acordo com Beni (2006), é importante o envolvimento da população alvo nas etapas do processo de planejamento. Essa intervenção pode proporcionar maior sustentabilidade e sucesso, ao processo.

**Figura 4 - Apresentação da pesquisa a moradores**

Fonte: Luis Felipe Umbelino

Visando o diagnóstico, posterior, do potencial turístico das comunidades, foi realizada no dia 28/11/2015, a primeira oficina junto as comunidades quilombolas, “Oficina de Cartografia”, cujos objetivos foram: desenvolver a linguagem cartográfica através do processo de alfabetização cartográfica e a utilização das representações cartográficas como instrumento de localização no espaço. A oficina foi direcionada a

todos os interessados das comunidades quilombolas e ocorreu na sede, em Aleluia. Houve uma participação expressiva dos moradores. Após apresentação das noções básicas de cartografia, foi proposta atividade de localização geográfica, onde os moradores desenharam o trajeto, que cada um fez, de sua casa até a sede em Aleluia, local no qual foi realizada a oficina. Para elaboração dos desenhos, foram utilizadas folhas A4, canetas, lápis, hidrocores, lápis de cor. Após a confecção dos desenhos, os mesmos foram fixados na parede para observação de todos. Os moradores foram estimulados pelos pesquisadores, para externar impressões, suas percepções sobre o espaço vivido. A atividade foi muito importante para perceber como eles observam o local no qual residem e quais elementos do espaço consideram mais relevantes.

Preendendo avaliar o potencial turístico do território das comunidades quilombolas, aconteceu no dia 19/05/2016, a oficina “Potencial turístico em áreas das comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá – Morangaba/RJ” no auditório Reginaldo Rangel, no IFF. Um micro-ônibus da instituição de ensino, conduziu os moradores interessados ao local. No decorrer da oficina foi mencionado conceito de atrativos turísticos, havendo exemplos de alguns destes, sendo ressaltadas também algumas noções cartográficas, com destaque para evolução tecnológica na cartografia e o uso do Google Earth.

De acordo com Silva (2014), a atividade turística constitui uma forma sustentável para atender as determinações das comunidades tradicionais, principalmente, no que diz respeito aos segmentos que colocam a cultura e a natureza em destaque e valorizam as decisões das comunidades, como ocorre no turismo comunitário. Tudo isto, é um grande atrativo aos visitantes.

Durante a oficina, os pesquisadores solicitaram aos moradores das comunidades quilombolas, que pensassem em alguns lugares que, na concepção deles, fossem agradáveis, atraentes a visitação. Eles, portanto, apontaram alguns locais e auxiliaram os pesquisadores na identificação das áreas, que foi feita no Google Earth, havendo um mapeamento participativo. Os moradores não demonstraram grande dificuldade ao sinalizarem os pontos, com as imagens do software utilizado. Nessa reunião, observada na Figura 5, houve reconhecimento de alguns locais, que podem ser considerados atrativos naturais e um atrativo cultural, de acordo com percepção dos moradores presentes na oficina. Eles destacaram lugares de grande beleza natural, que podem atrair turistas interessados na riqueza da flora, presença de corpos d’água, além do conhecimento da cultura local e,

também aqueles que se sentem atraídos por lugares tranquilos, afastados do burburinho da cidade.

**Figura 5** - Oficina “Potencial turístico em áreas das comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá – Morangaba/RJ”



Fonte: Portal IFF. Disponível em:< <http://portal1.iff.edu.br/reitoria/diretorias-sistemicas/diretoria-de-comunicacao/informativo-eletronico-do-iff/iff-luminense-infforme/infforme-no-11/projeto-de-extensao-mapeia-biodiversidade-e-historia-em-comunidades-quilombola>> Acesso em: 01 jun. 2016.

Segundo Beni (2006), os atrativos turísticos podem ser classificados como naturais, histórico-culturais, “manifestações e uso populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados”. O autor ressalta que os atrativos estão relacionados ao fator, que motiva os deslocamentos das pessoas/turistas.

Para Bursztyn et al., (2009), o turismo de base comunitária, diz respeito não somente ao entendimento simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe a visita de curiosos interessados pelo exotismo em seu convívio do dia a dia, para o incremento de sua renda e melhoria social.

Os moradores se mostraram empolgados com a possibilidade de divulgação, dos potenciais turísticos, localizados nas áreas das comunidades quilombolas, pretendendo atrair maior número de visitantes, além de colocar a cultura local, em destaque e inserir a população local no planejamento e execução dessa forma de turismo, possibilitando com isso, a geração de renda nas comunidades e a gestão do território.

A identificação de um atrativo está relacionada ao olhar subjetivo de cada pessoa, ao atribuir um determinado valor apreciativo. Sendo assim, os atrativos turísticos são associados a particularidade do elemento e seu caráter simbólico. Contudo, ao turista pode representar elementos que não estão presentes em seu cotidiano, que é capaz de chamar a sua atenção, e também pode relacionar-se a própria motivação de viajar (FERNANDES, 2014).

Para tanto, segundo Borges (2003), deve haver implantação de um programa de turismo ecológico, por exemplo, após o conhecimento do potencial atrativo, das deficiências e dificuldades para implementação e expectativa da comunidade. O autor acredita ser fundamental o inventário da oferta turística. O autor ainda considera que “inventariar é pesquisar e relacionar, de modo quantitativo e qualitativo os bens atrativos naturais ou culturais, acessos e serviços de hospedagem e guias de uma determinada região.

Para conhecimento dos pontos identificados pelas comunidades e marcação de coordenadas geográficas com o GPS, no dia 21/07/2016, houve visita dos mesmos. Os pesquisadores foram conduzidos por Patrícia Honorato, filha de Paulo Honorato, durante a caminhada pelos potenciais turísticos diagnosticados pelos moradores. Nesta oportunidade, a moradora identificou alguns pontos de serviços, relacionados a alimentação e hospedagem, que podem ser opções para visitantes.

No dia 16/08/2016, o Sr. Paulo Honorato esteve no IFF, para mais uma conversa, sobre os potenciais turísticos e identificação de serviços de alimentação e hospedagem existentes nas comunidades. Os resultados obtidos nas etapas da pesquisa, foram sistematizados na Tabela 1 e Figura 6, O mapa foi elaborado no ARCGIS online, a partir do mapeamento participativo realizado com imagens do Google Earth e dados obtidos na visita de campo, com o GPS.

**Tabela 1.** Potenciais turísticos e oferta de serviços nas comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá

Comunidade	Atrativo Natural	Atrativo Cultural	Serviços	
			Alimentação	Hospedagem
Aleluia	Cachoeira de Aleluia	Construção quilombola	Refeições caseiras da Marlene	
Batatal	Córrego Fazenda Opinião		Refeições Caseiras da Zenilda	
			Mercearia e Lanches Vitória	
Cambucá	Caverna de Cambucá		Refeições caseiras da Dalmequí	Pousada de Eleonora
	Cachoeira São Julião			

Fonte: Elaboração própria

**Figura 6** – Mapa dos Potenciais turísticos e oferta de serviços nas comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá



Fonte: Elaboração própria

Durante o desenvolvimento da pesquisa foram apontados como potenciais turísticos naturais, as cachoeiras de Aleluia e São Julião, Figura 7 e 8, corpos hídricos, que quando visitados, apresentavam baixos níveis, em virtude do período de estiagem. Apresentavam pequenas quedas d'água. Para chegar a ambas cachoeiras, foi feita uma trilha a pé, de fácil acesso. Estão localizadas a poucos minutos da RJ 190, rodovia principal que corta as comunidades. Excelentes opções para aqueles que querem apreciar belíssimas paisagens naturais, que desejam se refrescar, que buscam tranquilidade e gostam de contemplar a diversidade da flora. O ponto de referência da cachoeira Aleluia é a sede da Superintendência de Igualdade Racial, já a cachoeira de São Julião está próxima a Pousada de Eleonora. As duas estão localizadas em propriedades privadas. Outro atrativo natural mencionado foi o córrego Fazenda Opinião (Figura 9).

**Figura 7 - Cachoeira de Aleluia**



Fonte: Fernanda Gandra

**Figura 8 - Cachoeira de São Julião**



Fonte: Fernanda Gandra

**Figura 9 – Córrego Fazenda Opinião**



Fonte: Fernanda Gandra

Foi citado também, a Caverna de Cambucá (Figura 10), uma formação rochosa dotada de grande beleza, indicada para aqueles que gostam de aventura e apreciam a natureza. No entorno da caverna encontra-se uma cachoeira de baixo nível de água. O acesso a Caverna é difícil e foi realizado a pé. Está localizado em propriedade pública, nas proximidades da Igreja Assembleia.

**Figura 10 - Caverna Cambucá**



Fonte: Autoria própria

Apontado como atrativo cultural, há uma construção que faz referência ao período de fixação dos escravos fugitivos, naquela região (Figura 11). A localização foi de fácil acesso, nas proximidades da sede da Superintendência de Igualdade Racial, situado em propriedade privada. Nenhum dos potenciais atrativos está localizado no interior da Unidade de Conservação, Parque Estadual do Desengano.

**Figura 11 - Construção quilombola**



Fonte: Autoria própria

Para o levantamento de oferta turística, além dos atrativos naturais e cultural são necessários os serviços capazes de atender as necessidades dos visitantes. Foram citados pelos moradores, locais que oferecem serviços de alimentação, Refeições caseiras da Dalmeçí, Refeições caseiras da Marlene, Refeições da Zenilda (Figura 12) e a Mercearia e Lanches Vitória. Para hospedagem foi mencionada a Pousada de Eleonora (Figura 13). Vale destacar, que a oferta desses serviços vem aumentando com o passar do tempo.

**Figura 12 – Refeições caseiras Zenilda**



Fonte: Fernanda Gandra

Figura 13 - Pousada de Eleonora



Fonte: Fernanda Gandra

Atualmente, o turismo apresenta-se de diversas formas. A experiência da viagem pode incluir a recreação ativa ou passiva, conferências e reuniões, passeios ou negócios. Equipamentos e serviços sendo criados e planejados para a satisfação de suas necessidades. (RUSCHMANN, 1997)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Infere-se que as comunidades tradicionais podem auxiliar no processo de manutenção da biodiversidade, sendo importantes para o planejamento e gestão do território. Paralelamente a isso, nota-se uma maior motivação de turistas em vivenciar e aprender culturas diferentes.

A realização das Oficinas de “Noções cartográficas’ e “Potencial turístico em áreas das comunidades quilombolas de Aleluia, Batatal e Cambucá – Morangaba/RJ”, foram importantes para que os moradores tivessem uma visão mais ampla sobre o turismo. Ao serem identificados, os potenciais atrativos turísticos naturais, cultural e oferta de serviços, os membros das comunidades mostraram comprometimento e que, de fato, estão interessados em auxiliar o planejamento e desenvolvimento do turismo comunitário, que traga benefícios para eles e para as áreas, nas quais as comunidades residem.

Portanto, a possibilidade de desenvolvimento do Turismo de base comunitária, nas comunidades quilombolas, poderá gerar renda, sendo uma alternativa àqueles moradores, segregados ao longo da história e que, atualmente, ainda vivem situação de fragilidade econômica e social. Além do mais, o turismo ainda pode valorizar a

cultura local, fazendo com que os moradores se sintam mais orgulhosos de sua história e seus hábitos. Deve ser mencionado também, que por estarem localizadas em zona de amortecimento do Parque Estadual do Desengano, a inserção da população nos processos de desenvolvimento e decisórios de uma possível implantação do turismo, auxiliará a manutenção da biodiversidade e gestão do território.

Atualmente, não é possível classificar as comunidades como prestadoras de serviços turísticos, já que as experiências que ocorrem são pontuais, contudo o diagnóstico realizado, constitui um primeiro passo para a implantação de um turismo de base comunitária nessa região. Exuberantes paisagens, tranquilidade, a curiosidade pelo conhecimento de cultura distinta, podem ser fundamentais para a atração de turistas.

Foi constatado, que na possível prática de um turismo de base comunitária, as comunidades tradicionais, não devem ser passivas e aceitar as regras do mundo exterior, na atividade. Eles não podem se apresentar, apenas, como objetos do olhar do turista, pelo contrário, devem ser atuantes, contribuindo para melhorias de suas condições de vida, melhorias em seu território e auxiliar a construção de visões alternativas de sua história e cultura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rinaldo. **“Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação.** Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

BANDUCCI JUNIOR, A. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 9, n. 20, p.117-140, out. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832003000200007>.

BARRETTO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo.3ed. Campinas,São Paulo:Ed.Papirus,1998.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. Turismo em Análise, 2004. pp. 133-149.

BENI, M. C. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do Turismo. **Revista Turismo em Análise**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.5-22, 18 abr. 2006. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v17i1p5-22>.

BORGES, M.M. Levantamento do potencial ecoturístico (inventário). In: MITRAUD, S.F (Org) (Ed). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF- Brasil, 2003. p 89-144

BRAMWELL, B.; LANE, B. Sustainable tourism: an evolving global approach. **Journal of Sustainable Tourism**, v.1, n.1, p.1-5, 1993.

BRASIL. Decreto Presidencial Nº. 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades Tradicionais em 25 de maio de 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil: **Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística** / Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007b.

BRASIL. Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública / ministério do Turismo. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares. 144-162. Brasília, Letra e Imagem, 2009. P. 76- 107.

CORDEIRO, Celso; OLIVEIRA, Valmir. **Identidade quilombola**. 2013. Disponível em: <<http://www.fmanha.com.br/cultura-lazer/identidade-quilombola>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

COUTINHO, G.C.T.P.; SAMPAIO, C.A.C.; RODRIGUES, L.P. Potenciais atrativos de comunidades tradicionais: turismo comunitário em Barbados, Guaraqueçaba (PR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.5, nov-2013/jan-2014, pp.972-989.

DRUMM, A.; MOORE, A. **Desenvolvimento do Ecoturismo, um manual para os profissionais de conservação**. Virginia: The Nature Conservancy. 2003

FERNANDES, R. J. **SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA: SUBSÍDIOS PARA REVITALIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DA COMUNIDADE TRADICIONAL DA COSTA DA LAGOA - FLORIANÓPOLIS, SC**. 2014. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Estácio de Sá, Florianópolis, 2014. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18\\_05\\_2015\\_14.13.20.024cd5cff0a49b5afd5d1584fe3a12a7.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_05_2015_14.13.20.024cd5cff0a49b5afd5d1584fe3a12a7.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2016.

INSKEEP, E. National and Regional Planning, Methodologies and Case Studies, Routledge, WTO, 1993.

IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

MOURA, M. M. **Os Deserdados da Terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

OLIVEIRA, A.M.; MARINHO, M. Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio: aspectos relacionais entre cultura, turismo e desenvolvimento local. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Seguridad em turismo. Medidas prácticas para los destinos. Madri: OMT, 1997.

PINHEIRO, Thaís Rosa. O turismo de base de comunitária: uma proposta de desenvolvimento sustentável. In: XXII CONPEHT - BRASIL - CONGRESSO PAN-AMERICANO DE ESCOLAS DE HOTELARIA, GASTRONOMIA E TURISMO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2012, Rio de Janeiro. **O turismo de base de comunitária: uma proposta de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Helio Alonso, 2012. p. 3 – 11

PINHEIRO, T. R. Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária: Um Estudo de Caso da Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro. 2014.

PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007/2010. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.

RUSCHUMANN, D. van de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus. 6ª edição, 1997.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce et al. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.42-58, 30 mar. 2014. ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v8i1.575>.

SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANT'ANA, R. e RICCI, F. Turismo sustentável: enfoque no artesanato local na cidade de Santo Antônio do Pinhal, SP. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, p. 16-26, 2008.

SILVA, R.E. O turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local nos territórios quilombolas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7,n.1, fev 2014/abr, 2014, pp.178-197.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Tradução de Margarete Dias Pulido. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.

VELASCO, H. ; DÍAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica**. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.

ZAMIGNAN, Gabriela. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO PERSPECTIVA PARA A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DE MODOS DE VIDAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: A EXPERIÊNCIA DA MICRO-BACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2010, Florianópolis. **V Encontro Nacional da Anppas**. Florianópolis: Anppas, 2010. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT1-142-147-20100809214216.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

ZAQUAL, Hassan. DO TURISMO DE MASSA AO TURISMO SITUADO: quais as transições?. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M.. **TURISMO, ESPAÇO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**. João Pessoa: Editora Universitária da Ufpb, 2012. p. 61-70. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/Documentos/Divulgacao/livros/livroGEPTEEDL.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

ZORZI, Mariciana; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Atrativos Turísticos e Patrimônio Cultural: O Olhar do Poder Público e da Comunidade Local no Município de Jaguarão - RS. In: VI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010, Caxias do Sul. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010. p. 1 - 15. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tplVSemintur/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/gt07/arquivos/07/Atrativos\\_Turisticos\\_e\\_Patrimonio\\_Cultural\\_O\\_Olhar\\_do\\_Poder\\_Publico.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplVSemintur/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt07/arquivos/07/Atrativos_Turisticos_e_Patrimonio_Cultural_O_Olhar_do_Poder_Publico.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2016.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

INEA. Plano de Manejo Diretor. **Projeto de Consolidação do Parque Estadual do Desengano**. FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 2000.